

GISELLE VOLPATO DOS REIS

**Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de
1920 – 1950: um estudo sobre a obra de José de
Albuquerque**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Campus de Araraquara, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Escolar, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro.

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNESP
Faculdade de Ciências e Letras
Araraquara, Março de 2006

GISELLE VOLPATO DOS REIS

Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920 – 1950: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Campus de Araraquara, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Escolar, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro
(Orientador)

Prof. Dr. Marcus Vinícius da Cunha

Prof. Dr. Maria Alves de Toledo Bruns

Prof^a Dr.^a Luci Regina Muzetti
(Suplente)

Prof^a. Dr.^a Maria Regina Momesso de Oliveira.
(Suplente)

Araraquara, 3 de março de 2006

Reis, Giselle Volpato dos

Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920-1950: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque / Giselle Volpato dos Reis. – 2006

92 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Paulo Rennes Marçal Ribeiro

1. Educação sexual – História. 2. Sexologia.
3. Albuquerque, José de, 1904 - . I. Título.

Ao meu sobrinho Daniel, que me ensinou a sorrir e a amar da forma mais pura que o homem pode conhecer.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Paulo pela orientação tão cheia de dedicação e carinho, sem a qual o trabalho não teria sido concluído, e por me ensinar que sempre existem flores no caminho.

Agradecer imensamente pela colaboração e pelos ensinamentos que o Prof. Marcus Vinícius e a Prof^a Luci Muzetti me presentearam no exame de qualificação.

Não poderia de deixar de agradecer pela extrema atenção com a qual os funcionários da seção de Pós-graduação atenderam todos as solicitações feitas e, em especial, a secretária da Pós-graduação em Educação Escolar, Flávia.

Agradecer pelo apoio concedido pela CAPES.

E um agradecimento especial ao meu querido amigo e companheiro Marco pelos dias de dedicação e por segurar a minha mão nos momentos mais difíceis.

Há uma história na vida de todos os homens
William Shakespeare

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise do conteúdo das obras publicadas pelo médico José de Albuquerque, no período de 1928 a 1958, que envolviam a temática educação sexual. Para fazer a análise do conteúdo foram levantados temas, os quais foram propostos a partir do confronto entre o conteúdo das obras e fontes secundárias que forneceram subsídios para o entendimento do contexto que tais obras foram escritas. Os temas que conduziram à análise do conteúdo e a organização do trabalho foram os ideais higienistas e eugenistas, disseminados pela Medicina do final do século XIX e início do século XX; os meios de comunicação vistos como um meio de propagação da educação sexual para o grande público; a finalidade da educação sexual – a ordem familiar; e o papel da educação sexual inserida na escola. O presente trabalho possibilitou fazer uma “reconstrução” do momento histórico em que a institucionalização do discurso sobre a educação sexual foi forjada.

Palavras-chave: Educação sexual; História da educação sexual; Sexologia; José de Albuquerque; História da educação no Brasil.

ABSTRACT

The present work aims to make an analysis of the content of José de Albuquerque's publications from 1928 to 1950 which deal with the sexual education theme. Such analysis was made by raising themes proposed from the confrontation among the context of the publications and secondary sources that were critical for the understanding of the context in which such works were written. The themes that conducted the analysis and the scope of this work were the hygienists and eugenists ideals that were spread by medicine from the end of the century XIX to the beginning of century XX; the communication means, seen as a propagation way of sexual education to the public; the goal of the sexual education the family order; and the role of sexual education inserted into scholar grade. This work made possible the reconstruction of the historical moment when the institutionalization of the sexual speech was born.

Key-words: Sexual education; History of Sexual Education; Sexology; José de Albuquerque; History of Education in Brazil.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1 - Quadro político-social do Brasil do final do século XIX e início do século XX.....	24
Capítulo 2 - Medicina, higienismo e eugenismo.....	32
Capítulo 3 - O ideário de José de Albuquerque	47
Capítulo 4 - O papel da educação no discurso médico de José de Albuquerque.....	64
Considerações finais.....	80
Referências	88

INTRODUÇÃO

Introdução

A arte e a literatura tratam das práticas sexuais desde a Antigüidade. Filósofos, como Aristóteles, poetas, como Horácio e Ovídio, Boccaccio, com o *Decameron*, e o Marquês de Sade, são autores que dedicaram seu tempo a reflexões sobre as atitudes e comportamento sexual ou sobre a mulher (RIBEIRO, 2002).

Na Idade Média, o discurso sobre sexo se concentrava na Igreja e em seus representantes oficiais, que tinham uma preocupação moral com o que podia ser considerado lícito ou ilícito na esfera do comportamento sexual. Já a partir da Idade Moderna a Igreja Católica dividia com as Igrejas Protestantes a influência que era exercida junto ao povo no tocante ao modo de se comportar e como seguir os ensinamentos cristãos e a impressão de manuais de aconselhamento sexual foi bastante comum desde a invenção da imprensa, por Gutenberg, particularmente no século XVIII (PORTER, 1998).

No século XIX, o discurso médico ocupou lugar importante na compreensão e normatização das questões sexuais (CABRAL, 1999). A Medicina se consolida e o discurso médico-científico centra sua ação na profilaxia, classificação e estudo das doenças sexualmente transmissíveis (chamadas doenças venéreas) e dos desvios sexuais. As idéias higienistas vão além da esfera urbana (a Medicina do século XVIII se preocupava com as cidades e a condições de higiene) e voltam-se também para as famílias, para a intimidade dos lares, até envolver questões da vida amorosa. Os

médicos tinham importante papel na sociedade, sendo aceitos como os mais capazes para orientar comportamentos e atitudes (COSTA, 1981; LOYOLA, 1999).

O termo sexualidade surgiu no século XIX (FOUCAULT, 1984, p. 9) e a pesquisa sobre sexo desenvolvida pelos médicos fez com que fosse criada uma nova “especialidade”, a sexologia. Nomes como Richard Von Krafft-Ebing e Havelock Ellis publicaram obras sobre seus estudos envolvendo a definição, identificação e tratamento dos aspectos patológicos da sexualidade humana, os desvios sexuais.

Loyola (1999, p. 32) diz que foi com objetivos normativos

que a Medicina veio a se ocupar da sexualidade, transformando em postulados científicos, principalmente através da obra de Krafft-Ebing, uma série de interditos e normas sexuais, segundo as quais o erotismo deveria ser regulado pela exigência de reprodução da espécie e dos ideais de amor a Deus e à família. É na Medicina que a sexualidade termina por ser unificada como instinto biológico voltado para a reprodução da espécie e que todos os demais atributos ligados ao erotismo, desde sempre tidos como sexuais, passaram a ser submetidos a essa exigência primordial.

A psicanálise e Sigmund Freud deram, no século XX, uma nova compreensão para a sexualidade. Médicos e educadores são influenciados pelos escritos psicanalíticos e passam a utilizar estes conceitos e o que entendem por psicanálise nas obras que escrevem sobre sexologia e educação sexual. No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, vão surgir as primeiras e numerosas propostas para o desenvolvimento da educação sexual. Grande parte dos autores brasileiros sobre educação sexual deste período é oriunda da classe médica. Muitos são influenciados por Freud, outros por Krafft-Ebing.

A institucionalização do conhecimento sexual ocorre quando educadores, médicos, psicólogos, antropólogos, cientistas sociais, elaboram, desenvolvem ou se apropriam de teorias e idéias que foram consideradas “científicas” e capazes de dar sustentação àquelas instituições que necessitavam de um discurso “oficial” para atingir

seus objetivos de fazer ciência, propor ações educacionais ou práticas pedagógicas, justificar ideologias, exercer o poder.

É este conhecimento sexual institucional que é o objeto deste estudo, especificamente o conhecimento difundido por meio das obras escritas nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente entre 1820 e 1950, por José de Albuquerque, que além de autor de vários livros, teve iniciativas pioneiras no campo da educação sexual.

Neste período, vários autores se dedicavam à sexologia e à educação sexual, constituindo um grupo numeroso de médicos, sacerdotes e educadores responsáveis por importante momento histórico da educação sexual, como explica Ribeiro (2004, p. 18):

Do século XIX às primeiras décadas do século XX, a relação da Medicina com a sexualidade se torna cada vez mais intensa, culminando com o surgimento da sexologia enquanto campo oficial do saber médico e com a publicação, principalmente a partir de 1920/40, de dezenas de livros de educação e orientação sexual, que consideramos ser o terceiro momento de educação sexual [no Brasil]: a veiculação da importância e da necessidade da educação sexual através de livros publicados por médicos, professores e sacerdotes, cientificamente fundamentados, que visavam orientar a prática sexual dos indivíduos.

Podemos considerar que estes autores promoveram um movimento de cunho profilático intenso, arrojado, organizado – e desconhecido nos dias de hoje – com a publicação de livros de educação sexual, fundação de entidades culturais responsáveis por boletins, palestras e divulgação ao público de questões de sexualidade e orientação sexual.

Porém, mesmo com a riqueza histórica deste período, estudos sistematizados sobre estas obras são raros. Nunes e Silva (1999, p. 173) dizem que

o período compreendido entre a década de 20 e 30 apresentam um cenário de inúmeras reivindicações sobre a *instrução sexual dos jovens* na escola, mas não configuram um aporte documental historiográfico importante disponível.

E destacam a

necessidade de estudos que resgatem algumas perspectivas sobre a história da educação sexual e sobre as tentativas históricas de institucionalizá-la. (...) A educação sexual no Brasil não conta com uma historiografia bem explicitada (Nunes e Silva, 1998, p. 172).

A partir de nossa pesquisa bibliográfica, podemos apontar a tese de doutorado de Besse (1983) e os artigos de Carrara (1997), Vidal (1998), Carrara e Russo (2002), Ribeiro e Reis (2003) e Reis e Ribeiro (2004) como os únicos aportes de pesquisas que abordem a história da educação sexual no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Estudar, portanto, o período de 1920 a 1950, é entender a constituição do conhecimento sexual no Brasil, a institucionalização de um saber médico e educacional para questões sexuais e a difusão de idéias que influenciaram conceitos, comportamentos e atitudes por gerações, contribuindo inclusive, para a solidificação de uma “cultura sexual” no Brasil.

O objetivo deste trabalho, então, é analisar a introdução das primeiras idéias sobre educação sexual no Brasil a partir de uma pesquisa histórica, documental e bibliográfica baseada na consulta de obras escritas nas primeiras décadas do século XX pelo médico José de Albuquerque, nascido em 1904, que entre 1928 e 1958 teve papel extremamente relevante na construção e divulgação de um conhecimento sexual tanto no meio acadêmico quanto para o grande público, particularmente na cidade do Rio de Janeiro.

Carrara (1997), Carrara e Russo (2002), Reis e Ribeiro (2001, 2002, 2004, 2005) e Ribeiro e Reis (2003) realizaram alguns estudos descritivos sobre a obra de José de Albuquerque, um médico formado no Rio de Janeiro e que, ao longo das décadas de 20

a década de 50, se destacou pelas inúmeras iniciativas em prol da educação sexual. Estes autores confirmam seu pioneirismo e o espaço conquistado enquanto idealizador e executor de importantes iniciativas para que a educação sexual fosse difundida junto à população.

A obra mais antiga de José de Albuquerque encontrada nesta pesquisa foi a *Introdução ao estudo da pathologia sexual*, de 1928, destinada aos alunos das faculdades de Medicina e aos jovens médicos que necessitavam de uma orientação maior a respeito das questões da patologia sexual. Este livro, como o próprio título indica, trata de uma temática específica – a patologia sexual – orientada pela clínica médica e também analisa as práticas sexuais a partir de uma visão de normalidade/doença, nomeando como único ato sexual aceito aquele praticado dentro do casamento e destinado à procriação e a manter o equilíbrio geral do organismo (RIBEIRO e REIS, 2003; REIS e RIBEIRO, 2004).

Ainda em 1928, José de Albuquerque publicou o livro *Da Impotencia sexual do homem*. Neste livro ele descreve as diversas causas da impotência sexual que podem atingir os homens em qualquer fase de suas vidas. Primeiramente são descritas as causas que podem levar o homem à impotência sexual e, posteriormente, o fala dos possíveis tratamentos em cada idade e também da necessidade destes tratamentos, pois, para José de Albuquerque, a impotência sexual pode levar o indivíduo a sofrer de “perturbações gerais de saúde”, tanto física quanto mental. Neste livro, é enfatizada a necessidade de se ter uma vida sexual normal e regrada, pois, assim, o indivíduo estaria colaborando para uma higiene moral e mental.

Em 1929 foi publicado o livro *Hygiene sexual*. Na década de 30 publicou dois periódicos de grande repercussão, o *Jornal de Andrologia* e o *Boletim de Educação*

Sexual. Este Boletim publicava artigos e informações voltadas para o público em geral, circulava por todo o território nacional e em todos os países que falavam as línguas portuguesa e espanhola. Deixou de circular a partir de 1940, depois de imposições políticas (RIBEIRO e REIS, 2003; REIS e RIBEIRO, 2004).

José de Albuquerque se destacou muito por suas idéias e iniciativas pioneiras, conseguiu levar a educação sexual para o grande público, não restringindo seu trabalho apenas a médicos, estudantes de Medicina ou a jovens do sexo masculino candidatos ao casamento, público a que geralmente eram destinadas as obras sexuais desta época.

No dia 5 de julho de 1933, José de Albuquerque criou o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), sendo o fundador e principal responsável e promovendo um intenso movimento em promoção da educação sexual. Por meio do CBES, José de Albuquerque organizou reuniões culturais, conferências, produziu filmes e publicações e reuniu inúmeros intelectuais interessados em estudar e divulgar questões ligadas à educação sexual. O CBES foi responsável pela publicação do *Boletim de educação sexual*. Foi também responsável pela organização da I Semana de Educação Sexual, realizada em 1934 na cidade do Rio de Janeiro e pela Semana Paulista de Educação Sexual, realizada em 1935 na cidade de São Paulo. Durante 12 anos, às quartas feiras, o CBES realizou sessões públicas de conferências que abrangiam desde explanação doutrinária sobre educação sexual até explanação de filmes e debates (ALBUQUERQUE, 1958).

Dentre as publicações organizadas pelo CBES, estão três outras iniciativas que tinham o intuito de levar assuntos de educação sexual ao grande público: folhetos, cartazes e cartões postais. Outra iniciativa para disseminar a educação sexual e levar informações ao grande público foi a organização de um Museu e Pinacoteca de

Educação Sexual. Sediado no CBES, o museu contava com um acerto de 300 peças e quadros que abordavam os mais diversos aspectos do sexo e da educação sexual e tinham como intuito provocar o interesse do grande público em buscar informações e explicações e habituá-lo com a temática (ALBUQUERQUE, 1958; REIS e RIBEIRO, 2004).

Em 20 de novembro de 1935, o CBES instituiu o *Dia do Sexo*. Este dia foi notável pelas inúmeras iniciativas realizadas para a comemoração, dentre elas a execução de um “Hino à educação sexual”, gravado pela RCA Victor e colocado ao ar por várias rádios do Rio, a Rádio Clube do Brasil, Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Rádio Cajuti, Rádio Guanabara, Rádio Ipanema, Rádio Nacional, Rádio São Paulo, Rádio Roquette Pinto, e, na Hora do Brasil, José de Albuquerque realizou a conferência *Divagações sexológicas*.

Em 1936, o CBES premiou o melhor livro de educação sexual, o da escritora paulista Alice Moreira com o título *Educação sexual: garantia de felicidade no lar*, que foi publicado em 1937; e em 1939 premiou o livro *Educação sexual: a que leva a curiosidade infantil insatisfeita*, de Ignez Mariz, sendo publicado em 1940.

Ainda na década de 30 publicou os livros, *Moral Sexual* (1930); *Educação sexual* (1934); *Educação sexual pelo rádio* (1935); *O sexo em face do indivíduo, da família e da sociedade* (1936).

O livro *Moral Sexual* foi destinado a esclarecer, sob a luz da ciência, o que se entende por moral e imoral para que os indivíduos aprendam e deixem de lado as práticas consideradas imorais que acometem a sociedade.

Em *Educação sexual pelo rádio*, fruto de uma série de 15 palestras proferidas na rádio Cajuti, no Rio de Janeiro, Albuquerque procura esclarecer de uma forma geral a

necessidade da educação sexual e a define como estabilizadora da família e como uma forma de combater a “lubricidade” e a “concupiscência”. Em todas as palestras Albuquerque procura esclarecer a população sobre questões ligadas à sexualidade de forma que o preconceito que existia em torno desta palavra fosse rompido e que a população pudesse aceitar melhor a educação sexual.

O livro *O sexo em face do indivíduo, da família e da sociedade*, defende a educação sexual, considerando-a essencial para o desenvolvimento físico e psíquico sadio dos indivíduos. Ao longo deste livro, Albuquerque trata de várias questões ligadas à necessidade de educação sexual: a educação sexual da criança e nas diversas idades da vida; como ministrar educação sexual; a educação sexual e o casamento; a educação sexual e as doenças venéreas; a educação sexual na puberdade; a educação sexual e a formação do caráter e a educação sexual nas escolas.

Já na década de 40, José de Albuquerque publicou *Catecismo da Educação Sexual: para uso de educandos e educadores* (1940) e *O perigo venéreo na paz, na guerra e no pós-guerra: utilidade da educação e profilaxia antivenéreas nas classes armadas e suas vantagens para as populações civis* (1941). No primeiro, o autor destinou o livro para a publicação de noções indispensáveis à orientação da vida sexual nas diversas idades. Foi elaborado em forma de perguntas e respostas, abordando os temas: para que educação sexual, prazer e meios de ensino. Neste livro procura definir a necessidade da educação sexual, que deve ser voltada não apenas para a profilaxia de doenças, mas também para ensinar os preceitos a seguir desde a infância até a idade adulta para a manutenção da integridade da função sexual.

Em seu último livro encontrado, *Quatro letras, cinco lustros*, de 1958, José de Albuquerque descreve de uma forma bem saudosista as inúmeras iniciativas do CBES e afirma a importância destas iniciativas e de suas publicações.

Albuquerque, que desde 1928 procurava conhecer do ambiente brasileiro questões relativas à sexualidade e à educação sexual, sempre foi contra as atitudes que chamava de preconceituosas e retrógradas daqueles que consideravam o sexo imoral e destinado ao silêncio na sociedade, defendeu a educação sexual como forma de erradicar preconceitos e implantar verdades científicas que beneficiassem a vida sexual de cada um (REIS e RIBEIRO, 2004).

Considerando que os trabalhos referenciados anteriormente sobre José de Albuquerque apresentam um cunho descritivo, pensamos que uma análise mais detalhada do conteúdo de sua obra nos forneceria elementos que nos ajudariam não só a entender como Albuquerque se tornou um pioneiro em educação sexual, mas também para sistematizarmos a reconstrução da história da educação sexual no Brasil.

Para alcançar os objetivos que propusemos para o desenvolvimento do presente trabalho, pretendemos, primeiramente, descrever o caminho percorrido por nós, que se faz necessário na medida em que este indica a escolha do corpus de análise e a construção lógica do trabalho.

Para iniciarmos o trabalho que aqui apresentamos, algumas considerações metodológicas se fazem necessárias na medida em que descrevem o caminho percorrido para a construção deste trabalho e das idéias aqui apresentadas.

Este trabalho teve origem a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada de 2000 a 2002 como cumprimento das atividades de Iniciação Científica junto ao Projeto Integrado de Pesquisa financiado pelo CNPq intitulado *Educação sexual e sexologia –*

passado e presente: um estudo histórico, etnológico e interdisciplinar acerca da institucionalização do conhecimento sexual no Brasil do final do século XIX até nossos dias e coordenado pelo orientador desta dissertação. Essa revisão bibliográfica procurou descrever as obras publicadas nas primeiras décadas do século XX que tinham como temática principal a educação sexual.

Na busca pelas obras que tratavam sobre a educação sexual, Carrara (1997) fala da existência de uma vasta publicação de obras escritas por médicos sobre a sexologia e a educação sexual como Porto-Carrero, Ernani do Irajá e José de Albuquerque.

Carrara (1997, p. 121) aponta as várias criações e iniciativas de Albuquerque e diz que “de fato José de Albuquerque foi responsável por um dos desdobramentos mais originais da sexologia do Brasil”.

Partindo em busca da originalidade apontada por Carrara (1997), e pela necessidade de uma historiografia da educação sexual no Brasil, apontada por Nunes e Silva (1999), realizamos uma pesquisa nas bibliotecas Mário de Andrade, em Araraquara; Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro; e Biblioteca da Faculdade de Medicina da USP e Biblioteca Mário de Andrade, de São Paulo, cujos resultados descritivos deram origem aos trabalhos por nós publicados e mencionados anteriormente.

Ao longo dos estudos realizados, verificamos a existência das seguintes obras de José de Albuquerque: *Introdução ao estudo da pathologia sexual* (1928); *Da Impotencia sexual do homem* (1928); *Higiene Sexual* (1929); *Moral Sexual* (1930); *Educação Sexual* (1934); *Educação Sexual pelo rádio* (1935); *O sexo em face do indivíduo, da família e da sociedade* (1936), *Catecismo da Educação Sexual* (1940), *O*

perigo venéreo na paz, na guerra e no pós-guerra (1941) e *Quatro letras, cinco lustros* (1958).

As obras selecionadas e que compuseram o *corpus* de análise desta dissertação foram: *Moral Sexual*, de 1930; *Da impotencia sexual do homem*, de 1933¹; *Educação sexual*, de 1934; *Educação Sexual pelo rádio*, de 1935; *O sexo em face do indivíduo, da família e da sociedade*, de 1936; *Catecismo da Educação Sexual*, de 1940; *O perigo venéreo na paz, na guerra e no pós-guerra*, de 1941; e *Quatro letras, cinco lustros*, de 1958.

De posse das obras necessárias para a realização da pesquisa partimos para a leitura dos textos. A primeira etapa para a análise do material, necessária para garantir um grau desejável de sistematização do processo de leitura (GIL, 1988), foi a leitura exploratória. Nesta etapa, entramos em contato com o material, nos familiarizamos com os conteúdos e os temas mais freqüentes das obras.

Após a realização da leitura exploratória das obras, percebemos um “universo homogêneo”, ou seja, havia temas freqüentes que eram tratados em todas as obras de diversas formas. Fomos, então, em busca de fontes secundárias que nos mostrassem o momento histórico que estas obras foram escritas e que nos ajudassem a entender as freqüências desses temas, possibilitando a eleição de critérios para a escolha do material (BARDIN, 1977).

Percebemos que todas as obras encontradas tratavam sobre temas que representavam fielmente o momento histórico da construção destas obras. Temas estes, que representavam todo um ideário da classe médica do final do século XIX e início do

¹ Embora a data da obra consultada seja de 1933, sua primeira edição data de 1928, conforme consta no exemplar estudado.

século XX. O critério para a escolha do material foi, então, selecionar aquelas obras que representavam de alguma forma estes ideários.

Assim, partimos para a leitura analítica do material a fim de ordenar as informações contidas, especificamente buscando identificação dos temas presentes na obra (GIL, 1988).

Para Bardin (1977, p. 105),

o tema é a unidade de significado que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura (...) fazer uma análise temática, consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objeto analítico escolhido.

Então, a partir da “teoria que guiou” a leitura do material e a “frequência de aparição” dos temas, elegemos as **influências** que Albuquerque teve para escrever sua obra, especificamente, os ideais higienistas e eugenistas, propagados pela Medicina do final do século XIX e início do século XX; os **meios** que ele encontrou para divulgar seus trabalhos, constituindo os “veículos” de propagação desses ideais apontados como profícuos pelo autor; os **fins**, ou, o que Albuquerque buscava atingir com a educação sexual – a ordem familiar; e a idealização de uma Educação que somente seria completa se envolvesse a educação sexual.

No primeiro capítulo pretendemos oferecer uma dimensão histórica da situação político-social do Brasil do final do século XIX e início do século XX, momento em que o país vivia, segundo (PATTO, 1990) uma “convulsão social”.

O segundo capítulo é destinado ao esclarecimento da constituição da Medicina enquanto campo autônomo e dos ideários por ela disseminados, notadamente o

eugenismo e o higienismo, que influenciaram a formação nas escolas de Medicina brasileiras do final do século XIX até meados do século XX.

Vimos necessário uma breve explanação destas vertentes para melhor entendermos como foram abertos os espaços para a difusão dos ideários que influenciaram as obras de José de Albuquerque e como foram acolhidos pelos intelectuais brasileiros que influenciaram a política, a Medicina e a educação no Brasil em nome do progresso da nação.

No capítulo 3 procuramos descrever e analisar o ideário de José de Albuquerque a partir dos temas e conteúdos presentes em suas obras, o que influenciou a construção de seus escritos, os meios que encontrou para a propagação de suas obras e a finalidade da educação sexual.

No quarto capítulo, analisamos o papel da educação sexual inserida dentro do contexto escolar.

Capítulo 1

*Quadro político-social do Brasil do final
do século XIX e início do século XX*

Capítulo 1

Quadro político-social do Brasil do final do século XIX e início do século XX

Para estudar as obras de José de Albuquerque e saber como e quais foram as influências na construção de seu discurso sobre a necessidade da educação sexual, vimos necessário refletir sobre o momento político-social em que ele estava inserido para melhor entendermos suas idéias e suas razões.

Não pretendemos ter o período do final do século XIX e início do século XX – momento em que grandes transformações econômicas e sociais ocorreram e que acreditamos ter influenciado no discurso do médico José de Albuquerque – como período de investigação, mas sim, como o período que nos oferece subsídios históricos para entender como se organizou a cultura em que José de Albuquerque estava inserido e como essa cultura influenciou seus escritos. Pensar José de Albuquerque inserido num determinado período histórico e, conseqüentemente, ideológico, permite recuperar com maior veracidade a História da Educação Sexual no Brasil sem correr o risco de cometer anacronismos. E também nos permite entender e interpretar com a “lente da história” o momento atual em que vivemos e entender que a necessidade da educação sexual surgiu num momento histórico determinado, fruto das necessidades sociais próprias deste momento.

Segundo Sevcenko, o período sobre o qual pretendemos fazer um breve ensaio teórico foi marcado por uma série de mudanças que atingiu todos os níveis da experiência social. Essas mudanças, concentradas no final do século XIX até o início do século XX foram estimuladas

sobretudo por um novo dinamismo no contexto da economia internacional. Essas mudanças afetaram desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos. De fato, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. Isso não apenas no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo integrado. (SEVCENKO, 1988, p. 7-8)

Essas grandes mudanças do final do século XIX e início do século XX têm suas origens no final do século XVIII quando, após a revolução política francesa e a revolução industrial inglesa, surgiu uma nova forma de organização social.

A substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista, que culminaram em grandes “convulsões sócias”, possibilitou, gradualmente, o aparecimento de um novo formato do mundo. O regime monárquico foi desaparecendo aos poucos, a nobreza e o clero foram destituídos de seus poderes econômicos e políticos. O novo modo de produção capitalista levou a população rural a abandonar o campo e migrar para as cidades, formando os grandes centros urbanos e propiciando o surgimento da burguesia e do proletariado. Assim,

o século XIX, em todas as suas manifestações, é filho legítimo da dupla revolução que se deu na Europa ocidental no final do século XVIII: a revolução política francesa (1789-1792) e a revolução industrial inglesa, que tem como marco a construção, em 1780, do primeiro sistema fabril do mundo moderno: as históricas indústrias têxteis, localizadas na região britânica de Lancashire. Ambas vêm

coroar o surgimento de relações de produção inéditas na história, no seio das quais se elaboram justificativas para uma nova maneira de organizar a vida social. (PATTO, 1991, p. 11)

Mas foi a partir da segunda Revolução Industrial, também chamada de Revolução Científico-Tecnológica, em meados de 1870, que a expressão da economia resultou em grandes descobertas científicas possibilitando o desenvolvimento em de várias áreas como a do transporte, da Medicina, do trabalho e das comunicações, resultando numa mudanças nos hábitos e costumes (Sevcenko, 1998).

Segundo este autor, uma outra característica marcante da Revolução Científico-Tecnológica foi

...o impulso extraordinário que ela deu para a consolidação da unidade global do mercado capitalista (...) Nesse sentido, se a primeira industrialização dera origem a unidades produtivas relativamente modestas, as fábricas, pelo elementar de suas máquinas e o limitado número de trabalhadores, esse novo salto produtivo gerou gigantescos complexos industriais, com equipamentos sofisticados e de grande escala, como as turbinas elétricas ou as usinas siderúrgicas, envolvendo em cada unidade até dezenas de milhares de trabalhadores. Essa prodigiosa escalada da produção obviamente tanto implicava uma corrida voraz pela disputa das matérias-primas disponíveis em todas as partes do mundo, como também exigia a abertura de um amplo universo de novos mercados de consumo para absorver seus excedentes maciços. Foi essa ampliação na escala das demandas e das exportações que gerou o fenômeno conhecido como neocolonialismo ou imperialismo, que levou as potências dividir entre si as áreas ainda não colonizadas do globo ou a restabelecer vínculos de dependência estreitos com áreas de passado colonial (SEVCENKO, 1998, p. 11-13).

Mas não bastava expandir os mercados e dividir as terras ainda não colonizadas, era preciso também transformar o modo de viver das sociedades para que elas se encaixassem no novo padrão que a economia de base científico-tecnológica pode oferecer. Era preciso mudar os costumes, valores, hábitos e práticas que estivessem de acordo com a nova realidade que se construía.

Com a expansão da economia e as grandes descobertas científicas, que promoveram o desenvolvimento de grandes áreas como a da Medicina e do trabalho, os países agrários passaram por grandes transformações no modo de pensar, agir e ver, e foram essas grandes mudanças na sociedade e na cultura que causaram grandes transformações e uma série de revoltas.

No Brasil, estes ideais liberais provenientes das grandes transformações sociais e econômicas, lançaram na sociedade um grande antagonismo, pois o país ainda vivia no regime escravocrata. Várias foram as manifestações e revoltas sociais, como a abolição da escravidão, em 1888. Este é considerado por estudiosos da área (HOLANDA, 1999; FREYRE, 2004; PATTO, 1991) como o marco inicial para a efetivação de um novo sistema e um conjunto de transformações que corresponderam à nova estrutura social imposta pelo capitalismo. Embora os ideais liberais estivessem presentes no meio político e intelectual do Brasil desde o Império, foi só no período republicano que estes ideais tomaram força:

É nesta época (...) que se encontra uma das raízes nacionais da maneira dominante de explicar as diferenças entre as raças e grupos. (...) A situação política, social e econômica na Primeira República não é muito diferente. Embora na movimentação política que preparou e instalou o período republicano os princípios liberais estivessem ainda mais explícita e integralmente presentes do que antes, embora a República tenha sido proclamada em nome da instalação de um Estado liberal e embora a Constituição da República de 1891 tenha assumido a forma de consagração dos princípios liberais democráticos, mais uma vez, na história brasileira, as grandes abstrações burguesas estavam descoladas da realidade social. A aliança da aristocracia rural de Minas e São Paulo e sua alternância no poder, que marcaram este primeiro momento do período republicano, tornavam flagrante que a presença desses princípios no corpo da lei expressava muito mais um desejo de parecer moderno, pela imitação dos estados liberais europeus e norte-americanos, do que qualquer intenção real de implementação do liberalismo na gestão da vida política (PATTO, 1991, p. 55)

E é a partir da abolição da escravidão e, no ano seguinte, da proclamação da república, que grandes outras transformações impostas pelo rompimento do domínio agrário começaram a mudar significativamente o desenvolvimento do país. A partir deste momento, esforços não foram medidos em nome da “ordem e do progresso” do país. Com o fim do domínio agrário, o “mundo rural (se) achou desagregado e começou a ceder rapidamente à invasão impiedosa do mundo das cidades” (HOLANDA, 1999, p. 172). Assim,

...o declínio dos centros de produção agrária (foi) o fator decisivo da hipertrofia urbana. As cidades, que outrora tinham sido como complementos do mundo rural, proclamaram finalmente sua vida própria e sua primazia. Em verdade podemos considerar dois movimentos simultâneos e convergentes através de toda a nossa evolução histórica: um tendente a dilatar a ação das comunidades urbanas e outro que restringe a influência dos centros rurais, transformados, ao cabo, em simples fontes abastecedoras, em colônias das cidades. Se fatores especiais favorecem o primeiro desses movimentos, não há dúvida que ele só se acentuou definitivamente com a perda de resistência do agrarismo, antes soberano, e, depois, com o definhamento das condições que estimularam a formação entre nós de uma aristocracia rural poderosa e de organizações não urbanas dotadas de economia autônoma (HOLANDA, 1999, p. 172-173).

Configurou-se, então, uma nova organização social. As cidades, que eram vistas apenas como um complemento da vida rural, passaram a ser vistas como o centro de gravidade e estas começaram a receber um grande contingente da população brasileira. Contingente formado por migrantes, escravos forros e imigrantes que se instalaram, principalmente, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife (HOLANDA, 1999).

Wissenbach (1998, p. 91) afirma que

um dos traços característicos dos finais do século XIX e inícios do século XX foi o intenso crescimento dos contingentes urbanos da população brasileira. Confluindo à série de transformações pelas quais passava o país, essa tendência demográfica, início de um processo que inverteu a distribuição sócio-territorial da população brasileira, correspondeu, de imediato, ao afluxo de levas de migrantes nacionais

e estrangeiros que foram sendo atraídos para as cidades, sobretudo a partir do último quartel do século XIX. Aspecto menos conhecido do que a imigração estrangeira, é necessário sublinhar aqui o peso das migrações internas, significativas em cidades como o Rio de Janeiro e Recife, e em São Paulo sobretudo a partir dos anos de 1920, indicando as inferências que fatos sócio-econômicos e políticos provocaram na dispersão das populações nacionais.

Porém, as cidades foram recebendo esse grande contingente proveniente das áreas rurais sem que houvesse uma expansão da infra-estrutura, de empregos e de moradia. A população foi se adensando nos centros das grandes cidades em condições precárias. A pobreza cresceu e as cidades foram crescendo com o aspecto do imprevisto.

A desordem com que as cidades cresciam aumentava e as multifacetadas de diferentes etnias e composições de mestiçagem foram se configurando com as populações vindas de diversas partes do país, que se aglomeravam nas moradias coletivas e cortiços, e transitavam livremente pelas ruas, começando a perturbar os setores dominantes e as autoridades (WESSENBACH, 1998), assoberbados pelas idéias de “ordem e progresso” em nome da “modernização a qualquer custo” (SEVCENKO, 1998).

Assim, no início do século XX, as cidades encontravam-se “inchadas” e com grandes problemas de infra-estrutura, que repercutiram na saúde pública. A população vivia adensada e em precárias condições sanitárias como, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro, até então capital da República, cuja população

era pouco inferior a 1 milhão de habitantes. Desses, a maioria era de negros remanescentes dos escravos, ex-escravos, libertos e seus descendentes, acrescidos dos contingentes que haviam chegado mais recentemente, quando após a abolição da escravidão grandes levas de ex-escravos migraram das decadentes fazendas de café do Vale do Paraíba, em busca de novas oportunidades nas funções ligadas sobretudo às atividades portuárias da capital. Essa população, extremamente pobre, se concentrava em antigos casarões do início do século XIX, localizados no centro da cidade, nas áreas ao redor do porto. Esses casarões haviam se degradado em razão mesmo da grande concentração populacional naquele primeiro e tinham sido

redivididos em inúmeros cubículos alugados a famílias inteiras, que viviam ali em condições de extrema precariedade, sem recursos de infra-estrutura e na mais deprimente promiscuidade. Para as autoridades, eles significavam uma ameaça permanente à ordem, à segurança e à moralidade pública (SEVCENKO, 1998, p. 20-21).

Mas, os grupos dominantes e governantes não almejavam só a modernização das cidades. Os costumes, o modo de agir e de pensar foram substituídos pelos modos europeus norte-americanos. Foram comercializados no país produtos que expressavam uma “nova era” para o Brasil, um desejo pelo progresso e a busca por uma identidade nacional.

Para Patto,

nem só do liberalismo vivia a intelectualidade brasileira de então. Se no nível político e social a ideologia liberal havia convivido como regime imperial, o trabalho escravo e a prática institucionalizada do favor, no plano cultural ela conviveu, desde o século passado, com as teorias racistas e com as várias formas que estas assumiram na formulação das sucessivas interpretações do caráter nacional brasileiro. Na década de vinte, ao mesmo tempo o que o liberalismo alimentava o pensamento educacional brasileiro com o princípio a igualdade de oportunidades com a afirmação de que o único critério válido de divisão de social eram as diferenças individuais de aptidão, Oliveira Vianna divulgava sua tese sobre o arianismo da aristocracia e a inferioridade a plebe (PATTO, 1991, p. 64).

Um dos costumes marcantes na vida cultural cultivado pelos brasileiros do final do século XIX e início do século XX e que expressava a busca por uma identidade nacional, foram os brinquedos que introduziam, na criança, o ideal nacional. Assim,

o culto das bonecas louras e de olhos azuis entre as meninas da gente mais senhoril ou rica do Império deve ter concorrido para contaminar algumas delas de certo arianismo; para desenvolver no seu espírito a idealização das crianças que nascessem louras e crescessem parecidas às bonecas francesas; e também para tornar a francesa o tipo de mulher bela e elegante aos olhos das moças em que depressa se transformavam no trópico aquelas meninas (FREYRE, 2004, p. 297).

Foi, então,

no afã do esforços modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. Fossem esses os modelos da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da crença resignada na infalibilidade do progresso. Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexos co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas. A compreensão dos fenômenos do subdesenvolvimento e das desigualdades inerentes ao sistema de trocas o mercado internacional levou um longo tempo para germinar e adquirir uma significativa substância crítica entre as elites republicanas. E enquanto essa consciência crítica não amadurecia, prevaleceu o sentimento de vergonha, desprezo e ojeriza em relação ao passado, aos grupos sociais e rituais da cultura que evocassem hábitos de um tempo que se julgava para sempre e felizmente superado (SEVCENKO, 1998, p. 27-28).

Este panorama político-social contribuiu para a construção do ideal eugênico e higienista da Medicina das primeiras décadas do século XX (Ribeiro, 2003; Boarini, 2003) e, conseqüentemente, as idéias que estão presentes nas obras de José de Albuquerque e nos outros representantes da sexologia e da educação sexual deste período (REIS e RIBEIRO, 2004) e que constituem marco da História da Educação Sexual no Brasil.

Capítulo 2

Medicina, eugenismo e higienismo

Capítulo 2

Medicina, eugenismo e higienismo

José de Albuquerque era médico, e a Medicina de sua época era bastante peculiar no que dizia respeito à formação profissional e ao compromisso com a sociedade. Para compreender suas idéias é importante irmos à fonte que influenciou sua formação, que é a mesma que norteou o pensamento médico brasileiro nas primeiras décadas do século XX.

A Medicina no Brasil, até a vinda da Corte Imperial, em 1808, não se configurava como uma formação especializada. Os cuidados relativos à saúde eram partilhados por físicos, cirurgiões, curiosos e feiticeiros. Foi só após o início do século XIX, que a Medicina começou a se constituir como um campo autônomo, impulsionada por um movimento de europeização dos trópicos:

No Brasil, o início do século XIX, que pode ser identificado pelo signo da inauguração e da abertura, é marcado por um conjunto de iniciativas ocorridas após a chegada da Corte Imperial. Nesse sentido, o movimento provocado com a chegada do príncipe regente, D. João, é responsável por uma ação local, denominada de europeização, ocorrida especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Esse movimento compreende o ingresso e a instalação de hábitos, costumes e equipamentos urbanos típicos da Europa, evidenciando a existência de um descompasso entre a vida em Lisboa e no Rio de Janeiro, sendo que o modelo a ser adotado encontrava-se na capital lusitana, cuja cópia deveria ser estabelecida nos trópicos. Com isso, as preocupações com vestimenta, alimentação, comportamento e com a própria organização do espaço urbano assumem dimensões até então não vistas. No que diz respeito aos equipamentos urbanos, verifica-se

que a chegada da Corte impulsiona aberturas de instituições como banco, imprensa, jardim botânico, biblioteca, teatro e cursos superiores (GONDRA, 2004, p. 39).

Inspirada nos ideais positivistas, a Medicina

conduziu uma formulação de um discurso específico, implicando regras e modos de funcionamento próprios, conduzindo igualmente ao conhecimento dos espaços de legitimação desse discurso e das práticas por ele autorizadas (op. cit., p. 39).

A chegada da Corte fez com que as deficiências urbanas da cidade do Rio de Janeiro fossem acentuadas, pois o ritmo econômico e os costumes impostos pelos aristocratas eram completamente diferentes dos praticados até então. Com as novas necessidades de abertura e modernização do mercado e rede de serviços para fazerem os produtos das indústrias internacionais escoarem, um novo ritmo e comportamento familiar precisava ser cultivado. E a modificação do comportamento familiar era uma das estratégias. A primeira das intervenções realizadas para a impressão de um novo ritmo deu-se através da Medicina doméstica, que,

no interior da burguesia, estimulava a política populacionista, reorganizando as famílias em torno da conservação e educação das crianças. A segunda, dirigiu-se às famílias pobres sob a forma de campanhas de moralização e higiene da coletividade. A filantropia, a assistência social e a Medicina concentravam-se para manobrar os laços de solidariedade familiar e usá-los, quando preciso, na represália aos indivíduos insubordinados e insatisfeitos. Essas intervenções demográficas junto aos ricos e demográfico-políciais sobre os pobres permitiam a proliferação e a liberação de uma mão-de-obra politicamente dócil para o livre jogo de mercado de trabalho. A ação médico-filantrópica-assistencial conduzia a vida privada sem desprezar o pacto social (COSTA, 1999, p. 51-52).

Para Mai (2003, p. 46), em linha de reflexão semelhante,

a imagem de um povo doente que condena o país ao atraso (...) as idéias de inferioridade da raça (...) e o amplo debate em torno da construção da identidade nacional (que se configurou no final do

século XIX e início do século XX) desencadeou um verdadeiro movimento pela saúde e saneamento do Brasil, marcado pela presença da doença como grande obstáculo a ser superado, articulada fortemente com os temas de natureza, do clima, da raça, dentre outros.

Estas imagens construídas sobre a população brasileira e o forte sentimento de nacionalidade, construídos a partir de uma ideologia dominante na sociedade brasileira difundida pela elite dirigente no Brasil, abriram espaço para uma receptividade positiva aos ideais defendidos pelos movimentos eugenista e higienista (RIBEIRO, 1999). O foco de preocupação do movimento higienista era a descoberta das doenças que colocavam em risco a saúde pública e foi propagado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O movimento eugenista se preocupava mais em entender o cruzamento racial como o grande mal e foi propagado pela Faculdade de Medicina da Bahia (SCHWARCZ, 2000). Na verdade, tanto o Higienismo quanto a Eugenia², eram “instrumentos” para a regeneração física e moral dos indivíduos.

O movimento eugenista chegou em um momento oportuno, apoiado pelas diferentes teorias raciais produzidas durante o século XIX e tinha o intuito de eugениzar a raça, ou seja, fazer uma seleção dos indivíduos que representavam a degeneração da raça humana, como explica Costa (1981, p. 30-33):

A intelectualidade brasileira enfrentava, na época, graves problemas ideológicos (...) um período de convulsão. (...). O Brasil estava sacudido por revoltas sociais e crises econômicas, não por questões históricas ou políticas, mas ---segundo eles---por causa do clima tropical e da constituição étnica do povo. O brasileiro não tinha podido promover o desenvolvimento harmônico do país porque, o calor e a mistura com ‘raças inferiores’ tinham – no tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente. (...) A eugenia

² Galton apud Kehl (1935, p. 33) afirmava que a eugenia é, em outros termos, a higiene da raça, ou como diz Forel, a seleção nacional; é a puericultura antes do nascimento (Pinard); é uma aplicação total das ciências biológicas (Houssay). Constitui a verdadeira religião do futuro, a ciência da felicidade, porque se esforça pela elevação moral e física do homem, afim de dotá-lo de qualidades ótimas, de fornecer-lhe elementos de paz na família, na sociedade, na humanidade.

representava a canção científica definitiva das intenções racistas (dessa intelectualidade). Com a eugenia, o racismo entrava na era ‘científica’, pois se sentia legitimado pela Biologia.

Com as grandes transformações que ocorreram na sociedade brasileira após a vinda da Corte Imperial para o Brasil e nos anos que se seguiram, a sociedade começou a passar por um processo de “modernização”. Os sujeitos foram submetidos a “novos” comportamentos rumo a um mundo “civilizado”. Um dos setores que se dedicaram ao compromisso de “civilizar” o homem foi o dos médicos higienistas (GONÇALVES, 1987).

Renato Kehl, propagador da eugenia no Brasil explica que a higiene

... procura melhorar as condições do meio e as individuais, para tornar os homens em melhor estado físico, e a eugenia, intermediária entre a higiene social e a medicina prática, favorecendo os fatores sociais de tendência seletiva, se esforça pelo constante e progressivo multiplicador de indivíduos “bem dotados” ou eugenizados (KEHL, 1935, p. 46).

A higiene abarca para si problemas ligados à moral e aos costumes, às doenças físicas e mentais, enquanto a eugenia se volta para problemas de raça, em que a anormalidade física ou psíquica se manifesta e necessita de solução.

Maria Lúcia Boarini explica que,

em solo brasileiro, a articulação entre esses dois movimentos toma tamanha proporção que, em determinado momento, a eugenia passa a ser entendida como parte do higienismo (BOARINI, 2003, p. 13)..

O contexto político-social e as grandes descobertas científicas relacionadas à Bacteriologia e à Microbiologia ofereceram um campo profícuo para se afirmar a necessidade de uma higiene que prevenisse as doenças físicas e mentais que denunciavam a inferioridade do povo brasileiro.

Os ideais eugenistas, então, construídos a partir de estudos sobre os “efeitos físicos e culturais produzidos pela miscigenação das raças humanas alcançaram uma

profunda repercussão sobre a intelectualidade brasileira das três primeiras décadas do século XX” (COSTA, 1981, p. 30).

O movimento eugenista buscava o desenvolvimento da raça humana em nome da evolução social e, para isso, os projetos eugênicos pretendiam “controlar e gerir (...) governar, a sociedade em sua totalidade e em suas partes, sua estrutura e dinâmica (...)” e “essa pretensão de constituição e controle social poderia se realizar a partir do controle e constituição biológica do homem” (NALLI, 2003, p. 168).

A Medicina das primeiras décadas do século XX estava influenciada pela ideologia da higiene e raça e a formação e atuação dos médicos eram fundamentadas em autores europeus a ela adeptos e aos eminentes médicos brasileiros que trouxeram a eugenia e o higienismo para o Brasil.

E, apoiados nas teorias da hereditariedade, os médicos eugenistas pregavam o aprimoramento racial em nome de um desenvolvimento social:

No período historicamente conhecido como República Velha até o Estado Novo de Getúlio Vargas, o pensamento político predominante repercutiu no pensamento psiquiátrico, particularmente na ação da Liga Brasileira de Higiene Mental, que influenciou toda uma corrente de psiquiatras cariocas e brasileiros. Inicialmente, sob a direção de Gustavo Riedel, pretendia melhorar a assistência psiquiátrica e aperfeiçoar o cuidado aos doentes. Esta filosofia cedeu lugar logo depois, por volta de 1926-1928, à eugenia, que se encaixava nos preconceitos da época e na influência política à direita, inspirada no nazismo europeu (RIBEIRO, 1999, p. 25).

Mirandolino Caldas, expoente do movimento médico-psiquiátrico preocupado com a saúde mental infantil e ligado ao ideal eugênico e higiênico no país, defendia os benefícios desta ideologia:

a hygiene mental tem um importantíssimo e um enorme programma a realizar. O seu programma é manter o ajustamento das funções psychicas individuais ao meio social e cósmico, ou vice-versa, evitando, deste modo, os desequilíbrios e desajustamentos que constituem as doenças mentaes (CALDAS, 1932, p. 29).

Enquanto o higienismo se preocupava com as doenças que assolavam o povo brasileiro, o eugenismo lançou no doente o seu foco central (SCHWARCZ, 2000).

O movimento higienista tinha o intuito de

melhorar as condições do meio e as individuais, para tornar os homens em melhor estado físico (enquanto que o eugenismo) intermediário entre a higiene social e a Medicina prática, favorecendo os fatores sociais de tendência seletiva, se esforça pelo constante e progressivo multiplicar de indivíduos ‘bem dotados’, ou eugenizados (KEHL, 1935, p. 46).

Segundo Boarini (2003, p. 36), os preceitos do higienismo eram a “manutenção da saúde física, tanto individual quanto coletiva” através da prevenção contra “os perigos do contágio de determinadas doenças”.

O Brasil tinha todos os elementos sociais que favoreciam a existência de doenças e subnutrição, que faziam da população das classes mais baixas o depositário ideal de rótulos como ignorante, depauperado e propenso à degenerações sociais.

A necessidade de se implementar projetos de higiene na sociedade brasileira se fortaleceu quando ocorreram as “implementações das políticas de saúde pública no Brasil, marcadamente influenciadas pelos avanços dos países mais desenvolvidos no início do século XX. Foram, então, organizadas as expedições científicas por todo o país, que se destacaram pela produção de múltiplas informações sobre a situação médico-sanitária alimentando o debate dos problemas nacionais” (MAI, 2003, p. 48).

Boarini diz que

a higiene, enquanto um dos principais recursos para prevenir os perigos do contágio de determinadas doenças, é uma constatação científica. A higiene, tanto individual quanto coletiva, não é apenas uma necessidade rotineira, mas um imperativo de ordem social. É uma necessidade instituída pelo desenvolvimento da civilização (Boarini, 2003, p. 36).

Monteiro Lobato, que é popularmente conhecido como autor da obra *O Sítio do Pica-pau Amarelo*, teve importante papel como defensor do higienismo com a descrição do caboclo brasileiro na figura do Jeca Tatu: pés descalços, cigarro de palha, preguiçoso por causa do *amarelão*, caquético...

O Brasil é um país de doentes no sentido literal da expressão. A nossa miséria financeira e econômica é o reflexo da desnutrição orgânica que converte a maioria dos nossos concidadãos em inúteis unidades sociais, incapazes de concorrer com a quota do seu esforço para o aumento da riqueza comum. A nossa incapacidade militar é resultado sintético da fraqueza física de uma enorme população rural estiolada pelos germes da moléstia. A nossa falta de energia moral é o precipitado ético da deterioração cerebral e nervosa de um povo inválido (LOBATO, 1951, p. 254).

Por outro lado, era importante se ter uma outra imagem do povo brasileiro, a sociedade precisava negar ou modificar a imagem do *jeca* que era propagada na literatura e, para tal, a higiene teria um papel fundamental na recuperação do caboclo brasileiro e na erradicação das doenças tropicais. Os principais intelectuais do círculo médico-sanitário viam na divulgação dos ideais higienistas a possibilidade de prevenir as mal-formações e as conseqüências dos abusos das agressões ao corpo. Assim,

além das produções especializadas, meios ditos 'populares' também foram utilizados, como é o caso da imprensa escrita. Se as publicações enfocavam os problemas nacionais sob a sua perspectiva e defendiam os seus interesses, o jornal tornava-se um espaço público para outros pontos de vista, muitas vezes questionando os novos 'conhecimentos científicos' ou mostrando as incoerências e limitações das ações desenvolvidas. Nesse sentido, o jornal foi o espaço que propiciou amplo debate público sobre saúde; por um lado criticando e questionando; por outro, configurando-se em um importante instrumento de difusão dos ideários em questão. Publicavam-se desde pequenas notas, conferências realizadas até artigos de cunho

científico, geralmente reproduzidos posteriormente, na íntegra, pelos periódicos (MAI, 2003, p. 60-61).

Se, por um lado, este movimento propugnava a necessidade de se combater as doenças tropicais, havia também uma ideologia que defendia a necessidade de uma higiene moral:

Nesta perspectiva, não apenas as doenças físicas tinham como receituário a higiene, mas as doenças psíquicas, os bons costumes e a moral passam a ser um problema de higiene. Deste modo, não é estranha a proposta de ‘extinção das eivas hereditárias, de modo que a mentalidade das novas gerações possa, cada vez mais, se aproximar do padrão psicologico ideal’ (CALDAS, 1932, p. 29).

Essa higiene moral também era vista, pelos médicos, como fundamental para o progresso da nação:

O controle mental dos homens está em cheque. É preciso por um dique a essa onda de amoralidade e de degradação psíquica. [Por esta razão é necessário] prevenir as anomalias mentais, auxiliar a boa formação do caráter, educar as crianças e famílias, de modo que a sociedade possa tornar-se mais harmônica e equilibrada (MAGALHÃES, 1932, p. 85).

As idéias relacionadas à inferioridade racial e à necessidade de combater as doenças que foram propagadas no Brasil durante o final do século XIX e início do século XX, convergiram com a ideologia dominante na sociedade brasileira que estavam em busca da superação dos problemas nacionais. Essas idéias excluíram completamente as vicissitudes históricas de formação do Brasil e deslocaram a “culpa” de todo o “problema nacional” no indivíduo e, assim, deslocando a “solução” desses problemas para as mãos destes próprios indivíduos.

Nos projetos higienistas, os temas relacionados com o mundo urbano eram privilegiados. Temas que tinham o foco o prolongamento da vida, gerados a partir do grande índice de mortalidade nas cidades, passaram a ser especificamente privilegiados e a morte passou a ser vista como um mal a ser combatido. A população, então, de um

modo geral, passou a ser o alvo dos projetos higienistas que entendiam que esta deveria ser “cuidada com uma maior racionalidade” (GONDRA, 2004).

Uma das temáticas abordadas pela higiene era o universo relacionado à família, pois esta era vista como o germe para uma ordem social. Os projetos higienistas visavam atingir os sujeitos das áreas de conhecimentos por eles estipulados como campo de ação. Uma nova ordem deveria começar pela família e expandir-se na sociedade. As discussões sobre esta temática giraram em torno de estabelecer um conjunto de conceitos e práticas que iam ao encontro da necessidade emergencial de uma “ordem” para as sociedades modernas:

A higiene ... procura melhorar as condições do meio e as individuais, par tornar os homens em melhor estado fisico, a eugenia, intermediária entre a higiene social e a Medicina pratica, favorecendo os fatores sociais de tendência seletiva, se esforça pelo constante e progressivo multiplicar de indivíduos ‘bem dotados’, ou eugenizados (KEHL, 1935, p. 46).

No tocante à educação sexual, ao compreendermos que o movimento higienista, indo além da esfera médica, propunha a naturalização do social, e por conta da abrangência daquilo que era entendido na época como campo da Medicina, defendia a intervenção na Educação e na formação de educadores, nada mais natural e coerente do que, por meio da educação sexual, também procurar atingir o aprimoramento da raça e a erradicação dos problemas de saúde pública que eram objeto de preocupação.

Boarini (2003, p. 36) explica que

as descobertas científicas relacionadas à Bacteriologia e à microbiologia ofereceram caminhos para combater as várias epidemias que dizimavam a população. Dentre esses caminhos, reafirmou-se a necessidade da higiene para prevenir os perigos do contágio de determinadas doenças. A higiene, enquanto um dos principais recursos para prevenir os perigos do contágio de determinadas doenças, é uma constatação científica. A higiene, tanto individual quanto coletiva, não é apenas uma necessidade rotineira, mas um imperativo de ordem social. É uma necessidade instituída pelo desenvolvimento da civilização. Sem avançar no terreno das obviedades, há que se lembrar que, para atender à necessidade de higiene, sobretudo por meio do urbano, essa mesma civilização criou condições básicas (água potável, canalização de água e esgoto, em

suma, condições sanitárias para tanto) que o pobre dificilmente usufruía (e ainda tem dificuldade para usufruir). Nesse panorama, ao se atribuir, única e exclusivamente ao indivíduo pobre a total responsabilidade pela sua saúde e justificar essa situação pela ignorância da população, é negar a falta de recursos e de caráter social necessários à preservação da saúde existentes nesse segmento da sociedade.

E, ampliando a esfera de envolvimento do higienismo, Caldas (1932, p. 29) fala da higiene da moral:

Nesta perspectiva, não apenas as doenças físicas tinham como receituário a higiene, mas as doenças psíquicas, os bons costumes e a moral passam a ser um problema de higiene. Deste modo, não é estranha a proposta de ‘extinção das eivas hereditárias, de modo que a mentalidade das novas gerações possa, cada vez mais se aproximar do padrão psicológico ideal’.

A educação sexual, neste sentido, era vista como um meio de excelência para conscientizar as classes eugênicas sobre a função da sexualidade, os mecanismos reprodutivos e o processo evolutivo (NALLI, 2003).

Sob o prisma do eugenismo, a educação sexual deveria ensinar para o indivíduo a “real” função da sexualidade, como ela funciona e como o indivíduo deve conduzi-la e quais são as etapas do desenvolvimento sexual do indivíduo, desde a infância até a velhice. Esclarecendo para o indivíduo as funções e o desenvolvimento da sexualidade, este gozaria de uma forma normal de suas funções, assim como todas as outras funções de outros órgãos, gozaria de um pleno desenvolvimento saudável de suas funções mentais e também estaria contribuindo para a evolução de sua espécie.

Assim, os ideais eugenistas entraram no âmbito privado, levando aos indivíduos, e para dentro de suas casas, como fazer e o que fazer para garantir um pleno desenvolvimento do seu organismo e da sua prole.

Boarini (2003, p. 37) explica que,

sob essa ótica, a moralidade, os bons costumes, as doenças físicas e psíquicas passam a ser um problema de higiene. E as diferenças de

ordem racial, de anormalidade física ou psíquica etc. passam a ser um problema a ser resolvido pela eugenia. Enfim, tudo o que não estava de acordo com as normas instituídas e não valorizados pela sociedade burguesa foram preocupações dos higienistas e eugenistas. Apoiados nos conceitos das ciências naturais, e com grande frequência fazendo uso dos métodos das ciências exatas (matemática, estatística, biômetra, etc.), estes intelectuais, em sua maioria de formação médica, tiveram forte influência nos encaminhamentos das sociedades industrializadas do final do século XIX e início do século XX.

Como já afirmamos anteriormente, a Medicina foi uma das peças fundamentais para a conversão dos sujeitos à nova ordem urbana. “Ordem estranha ao antigo modo de viver colonial que, a todo momento, a repelia e procurava deter seu progresso. Essa ordem, contudo, precisava ser aceita, pois dela dependia a prosperidade das elites e o progresso do Estado (COSTA, 1999, p. 35-36). Sendo assim, o dispositivo médico inseriu-se na política de transformação familiar, criando mecanismos de prazer que combinavam com os projetos de desenvolvimento do país”.

Vários foram os temas abordados pelos médicos higienistas que concorriam para a ordem familiar, como a compreensão e o amor familiar, a educação sexual desde a infância até a velhice, e o adultério (GONÇALVES, 1987).

O amplo debate em torno da reconstrução da identidade nacional e do progresso da nação desencadeou uma série de movimentos em busca da superação das doenças que afligiram a raça brasileira e um melhor saneamento do Brasil.

Mai (2003), afirma que

a imagem de um povo doente, que condenava o país ao atraso, poderia ser recuperada através de ações de higiene e saneamento, fundadas nas novíssimas descobertas da microbiologia e da bacteriologia, no conhecimento médico e implementadas pelas autoridades públicas (p. 46).

É uma imagem de um povo degenerado, construída em torno das discussões raciais, assim como afirmam Lima e Hockman (2000, p. 319):

a literatura sobre o tema indica que dificilmente se poderia falar de pensamento social brasileiro e da presença do discurso higienista, sem referência à noção de raça na elaboração de interpretações sobre o Brasil. Idéias de inferioridade racial compõem um quadro explicativo sobre o país.

E encontrava forte sustentação nas idéias higienistas e eugenistas defendidas pelos médicos no Brasil do século XIX e início do século XX. Higienistas e eugenistas, cada qual com seu segmento social e sujeitos de atuação convergiam na busca da superação da inferioridade do povo brasileiro e de alternativas para essa superação (MAI, 2003).

Segundo a autora, ao mesmo tempo em que os ideais higienistas e eugenistas eram propagados, o Brasil passava por um processo de desenvolvimento na área da comunicação. Assim, estes dois fatores convergiram em prol do futuro do país. Mai (2003, p. 46) afirma que decorre

daí a importância de nos atermos aos acontecimentos ligados à divulgação e veiculação desses ideários, uma vez que, respeitadas as devidas transformações ao longo de quase um século, somos diariamente alvos de uma imensurável grama de idéias e informações nas mais diversas áreas do conhecimento.

Ainda que fosse um período de desenvolvimento da área da comunicação, foram inúmeras as limitações históricas, tanto de desenvolvimento de uma área especializada quanto de recursos financeiros. Assim, as inúmeras iniciativas para a disseminação dos ideais higienistas e eugenistas resultaram em esforços particulares de alguns profissionais, principalmente médicos que estavam comprometidos com o desenvolvimento do país.

Segundo Mai (2003, p. 55) muitos foram os esforços empreendidos para sanar e amenizar os malefícios que acometiam o bem-estar dos homens. Para os médicos “a

sociedade como um todo precisava negar esse jeca e ter como ideal o homem normal ou superior, definido pela eugenia”.

Os assuntos levados à público utilizando-se os meios de comunicação foram discussões sobre

patriotismo, legislação, má administração pública, corrupção, apadrinhamentos e fraudes, incompetência e falta de interesse em ver e resolver os problemas brasileiros, propaganda governamental e gastos desnecessários, inversão de valores e de comportamentos, miscigenação racial, imigração, sistema educacional, educação sexual, hereditariedade, exame pré-nupcial, esterilização, infância, família, perturbações mentais, tuberculose, sífilis, alcoolismo, vigilância sanitária e epidemiológica, higiene, entre muitos outros temas. (MAI, 2003, p. 48-47)

Mai (2003, p. 49) ainda afirma que

a discussão de tais assuntos buscava responder às angústias e necessidades coletivas até então presentes na sociedade, à medida que os avanços já alcançados pela ciência faziam das áreas da saúde e da educação cenários importantes de intervenção. Esse fato permitiu aos intelectuais médicos-sanitaristas participar ativamente desse debate, visto que tais áreas destacavam-se como alvos de preocupação nacional e de inúmeras propostas e medidas a serem adotadas.

As produções e publicações realizadas na época com o intuito da publicação e disseminação dos novos saberes desenvolvidos e produzidos com o avanço científico e tecnológico visavam a informação e formação tanto de especialistas quanto do grande público. Foram várias as publicações de periódicos para a área médica, para políticos, para a educação e literatura, entre outros.

Capítulo 3

O ideário de José de Albuquerque

Capítulo 3

O ideário de José de Albuquerque

José de Albuquerque formou-se sob a égide do eugenismo e do higienismo. O Rio de Janeiro da época era uma cidade em que estes ideais encontraram expressiva acolhida no meio médico. Não poderia deixar de apresentar em sua vasta obra, reflexos de tão importante movimento. Portanto, ainda que sob esta influência, é curioso saber que Albuquerque não era associado às sociedades médicas brasileiras nem reconhecido como médico de prestígio por seus pares (Carrara e Russo, 2002), tendo se notabilizado muito mais no meio leigo e no exterior – França, México, Peru, Chile, Argentina e Holanda.

Analisando o conteúdo de suas obras, podemos perceber a grande preocupação que o autor tinha em relação à educação sexual e à sexologia.

Em seu livro *Educação sexual pelo rádio*, de 1935, o autor transcreveu 15 (quinze) palestras dadas por ele na rádio Cajuti, do Rio de Janeiro. Em sua primeira palestra defende que a educação sexual contribuía para manter uma ordem familiar:

A educação sexual concorre para a maior estabilidade da família; defende o pudor das crianças, das moças e das senhoras; aprimora o sentimento religioso; e combate a lubricidade e a concupiscência (ALBUQUERQUE, 1935, p. 12).

Para manter essa ordem familiar, um dos preceitos defendidos por José de Albuquerque era a necessidade de higienizar a população, tanto fisicamente quanto moralmente, e essa higienização garantiria o desenvolvimento de um indivíduo saudável física e psiquicamente, para corresponder às necessidades de desenvolvimento do indivíduo vistas como ponto principal para uma “nova” sociedade.

Esta idéia está presente em *Da impotência sexual do homem*, de 1933, em que destaca que

o apetite sexual, que se manifesta como uma necessidade mais ou menos imperiosa segundo os individuos, mas que se impõe a todos os seres normaes, é um recurso engenhoso de se serviu a natureza para assegurar a conservação da especie e impedir que a função preocupadora, estivesse á mercê e ao capricho dos homens (ALBUQUERQUE, 1933, p. 31).

Em outra obra percebemos igualmente os aspectos biológicos voltados para uma saudável ou sadia conservação da função sexual que resultaria no desenvolvimento de indivíduos psicologicamente também são a partir de uma educação sexual completa,

uma educação que dê ao indivíduo uma noção integral da vida, para que ele possa saber se conduzir de forma consciente, distinguindo a conduta que convém daquela que não convém, a fim de adaptar a primeira e desprezar a segunda (ALBUQUERQUE, 1940, p. 9).

A finalidade da educação sexual é fundamentada no ideal eugênico, pois visa

dar á criatura humana a noção exata do que representa a vida sexual, para que assim a possa dirigir conscientemente e no bom sentido, afim de não ser a sexualidade elemento capaz de obstar o seu próprio aperfeiçoamento, mas ao contrário,

capaz de garantir, não só, sua perfeição física, moral, intelectual e espiritual, como perfeição de sua descendência (ALBUQUERQUE, 1940, p. 31).

E a harmonia da relação *moral – religião – vida sexual* que está presente no movimento eugênico acaba encontrando guarida no pensamento de José de Albuquerque:

...a biologia deve se a primeira a se consultar, porque, girando a educação sexual em torno da função sexual, é imprescindível que se conheça primeiro quaes os seus fundamentos e destinos biológicos, para poderem depois ser prescriptas norma que a ponham em harmonia com os postulados da moral, da religião e da sociologia (p. 22-23).

Assim como a estreita relação entre a educação sexual e o progresso ou aperfeiçoamento social, o exame pré-nupcial “...é indispensável como medida de garantia individual e social” (ALBUQUERQUE, 1940, p. 139).

Não há como deixar de notar que as preocupações de Albuquerque com o casamento são ostensivamente as mesmas do ideal eugênico, assim como a naturalidade que encara o declínio de determinadas funções biológicas atribuídas à idade:

um casamento eugenico, gerando uma prole sadia, robusta de corpo e de espirito, além de consultar os interesses biológicos, os interesses da especie, os interesses pessoases, vae ao encontro dos interesses economicos dos cônjuges, porque não os obriga a uma serie de despezas a que teriam de se sujeitar, com medicos, pharmacias, casas de saúde, etc., si tivessem filhos enfermos (ALBUQUERQUE, 1940, 139).

José de Albuquerque condena o uso de medicamentos para o tratamento de impotência sexual na velhice porque vai contra a lei biológica, pois o fim da função sexual deve ser encarado com

...absoluto silencio funcional, não interpretando o apagar de sua vida sexual como um estigma de inferioridade, mas sim, como um imperativo categórico das leis biológicas, assim como o foi a queda de seu umbigo e o nascimento de seus primeiros dentes (ALBUQUERQUE, 1933, p. 166)

Em seu livro *Da impotência sexual do homem* (1933), José de Albuquerque fala da higiene moral enquanto coadjuvadora no tratamento da disfunção erétil: “...o moço tratado deixará de ser peso morto e quando não, o agente de nocividade, que seria si não tratado” (op. cit, p. 14).

Acrescenta que

é altamente moral, o tratamento da impotencia em individuos moços, e, para que se não continue a immortalizar uma causa tão moral, para que se continue a ilbaquear a bôa fé do publico, para que se não continue a disseminar a moral, deixando incuravel ou mesmo agravando, uma afecção perfeitamente curável, como fazem, certos aproveitadores inescrupulosos do sofrimento alheio, aqui fica uma advertencia aos poderes publicos (ALBUQUERQUE, 1933, p. 14).

Ainda sobre a impotência, relaciona sua presença em um indivíduo ao desenvolvimento de transtornos psicológicos que afetarão sua vida social e afetiva.

Acredita que

o moço impotente não tratado sofre de perturbações psíquicas, tornando-o inadapado ao meio e não pode se casar, o que concorre para a despopularização do paiz; e torna infeliz a sua esposa. (1933, p. 13).

Continuando, fala que a impotência

constitui o ‘pivot’ de todos os seus pensamentos, acabando não raras vezes por conduzir taes doentes às mais terriveis psychoses, augmentando desta feita a população dos manicomios (op. cit. p. 21).

O movimento eugenista buscava o desenvolvimento da raça humana em nome da evolução social e, para isso, os projetos eugênicos pretendiam “controlar e gerir (...) governar, a sociedade em sua totalidade e em suas partes, sua estrutura e dinâmica (...)” e “essa pretensão de constituição e controle social poderia se realizar a partir do controle e constituição biológica do homem (NALLI, 2003, p. 168). E, apoiados nas teorias da hereditariedade, os médicos eugenistas pregaram o aprimoramento racial em nome de um desenvolvimento social”.

Acreditando ser a sociedade formada por indivíduos e que esses a conduzem, a forma de ação dos higienistas para alcançar o desenvolvimento da sociedade é agir diretamente nos indivíduos. Em nome da ciência, da moral e do progresso os higienistas marcaram linhas de ação que conceituavam, estruturavam e regravam a vida privada das pessoas. Higienizando a família se higienizaria a sociedade.

A educação sexual, neste sentido, era vista como um meio de excelência para conscientizar as classes eugênicas sobre a função da sexualidade, os mecanismos reprodutivos e o processo evolutivo (NALLI, 2003).

Para Albuquerque

a educação sexual também torna o indivíduo moralmente forte, vindo colocar na sua real aceção o contato de ‘moralidade’ e de ‘immoralidade’, que lhe dá senso prático de como agir, em face das múltiplas e variadas ocorrências, que diariamente se lhe apresentadas no borborinho de agitação e inquietude da vida social contemporânea (1940, p. 12).

Continuando suas reflexões sobre educação sexual, Albuquerque a considera

uma tarefa altamente moral pois, vivendo em sociedade, o indivíduo deve procurar harmonizar com os interesses sociais, sua conduta sexual, no terreno biológico, moral e espiritual, para tirar assim desta trilogia da vida, a unidade de

seu destino, que é, dirigir-se com consciencia, em beneficio da humanidade e em beneficio do seu proprio aperfeiçoamento, e isto só conseguirá por eternidade da educação sexual” (ALBUQUERQUE, 1940, p. 18)”.

Percebemos em suas obras que ele não é autor que queira impor alguma regra ou norma a ser seguida, pois deixa claro que

a verdadeira educação sexual nada exige nem impõe ao individuo, muito menos a obediencia servil e cega a seus preceitos; apenas indica-lhe uma como se deve conduzir, não só para que não se deixe influenciado pelas idéas muita vez deletérias do meio em que vive, como também para que não se dirija cégamente, sob o influxo de seus instinctos (ALBUQUERQUE, 1940, p. 27).

Sob o prisma do eugenismo, a educação sexual deveria ensinar para o individuo a “real” função da sexualidade, como ela funciona e como o individuo deve conduzi-la e quais são as etapas do desenvolvimento sexual do individuo, desde a infância até a velhice. Esclarecendo para o individuo as funções e o desenvolvimento da sexualidade, este gozaria de uma forma normal de suas funções, assim como todas as outras funções de outros órgãos, gozaria de um pleno desenvolvimento saudável de suas funções mentais e também estaria contribuindo para a evolução de sua espécie.

Na interpretação de Nalli,

os ideais eugenistas entraram no âmbito privado, levando aos individuos, e para dentro de suas casas, como fazer e o que fazer para garantir um pleno desenvolvimento do seu organismo e da sua prole. (NALLI, 2003, p. 166).

Albuquerque faz críticas em seu livro *Educação sexual pelo rádio*, de 1935, aos motivos, que para ele são equivocados, que levam os individuos a terem seus filhos, desprezando o ideal eugênico da geração de uma prole perfeita para o desenvolvimento da nação, já que ignoram totalmente suas condições de saúde:

Si suas condições de saúde permitem a geração de uma prole sadia, esta para elles é causa secundária, assumpto de menos importância (...) O essencial é casar, pouco lhes importando as conseqüências que possa decorrer desse acto, no destino da prole (...) Zela mais, a criatura humana a respeito de seus animaes, que a sua propria. (...) Ainda mais, procura o ser humano aprimorar a raça de seus animaes, cruzando-os com outros de qualidade superior, para tornar o producto mais apto, mais capaz, etc., e no entanto, deixa á mercê da sorte, a sua propria procriação (ALBUQUERQUE, 1935, p. 70).

Outra questão levantada por José de Albuquerque é a prostituição em face da moral, em seu livro de 1930, *Moral sexual*, em que argumenta os prós e contras da prostituição.

Em seu primeiro argumento, diz que

si a prostituição é immoral, por collocar a função sexual na dependencia exclusiva do fator dinheiro, immoralidade esta sobretudo evidente em relação à mulher, que sem a mínima inclinação ao desejo, se entrega indistinctamente a qualquer homem, desde que este satisfaça o compromisso da paga material da quantia estipulada. A prostituição é immoral por disseminar as doenças venéreas, por tornar a mulher estéril devido ao excesso sexual, por inculcar que a função sexual é fonte de prazer, por ser maior escola do vicio (ALBUQUERQUE, 1930, p. 139-140).

No entanto diz que a prostituição deve ser considerada moral porque,

não podendo os jovens por questão economica, empreender casamentos, ao attingirem a puberdade, si não houvesse a prostituição, teríamos que se entregar á continência, o que já demonstramos ser uma nocividade extrema para o individuo, ou que lançar mão de fraudes, entregando-se ao onanismo, cujos maleficios foram também por nós postos em evidencia, em nosso trabalho sobre impotencia sexual do homem (op. cit, p. 141-142).

Finalmente, vai falar na finalidade da função sexual, que além da preservação da espécie, tem também a função de conservação do organismo, em ambos os casos

voltada para a sanidade física e mental dos indivíduos a partir do casamento e da geração de uma prole saudável:

Para um nascimento sadio, se requer antes de mais nada um casamento sadio, e, para um casamento sadio, o exame de sanidade pré-nupcial é factor indispensavel. Este deve ser praticado systematicamente por todos os candidatos ao casamento, de uma maneira espontanea e nunca sob a coação da lei, conforme já tivemos oportunidade de tratar, por serem seus resultados neste caso, muita vez contrários ao fim visado. Mas, se o casamento sadio, assegura á prole o nascimento sadio, não lhe assegura, entretanto, o desenvolvimento sadio (op. cit., p. 112)

Eugenizar não basta, pois o nascimento sadio não garante o bom desenvolvimento, portanto, é necessário higienizar também, evitar as doenças, afastar o indivíduo de tudo e de todos que possam modificar o percurso de um desenvolvimento pleno e sadio do individuo. Portanto, eugenizar e higienizar, nas questões relativas à sexualidade, também significou uma segregação dos indivíduos que não estavam, sexualmente, de acordo com o padrão considerado normal.

Para que a criança possa se desenvolver hygienica e normalmente, torna-se necessário sobretudo, que lhe seja prestada uma grande assitencia, quer, tornando-se mais adequadas ao seu desenvolvimento, as condições do meio em que vive, quer cercando-a, toda vez que o equilibrio de seu organismo, seja desfeito por algum estado morbido, dos meios necessários a dibellar a doença, que a esteja acommettendo (op. cit., p. 113).

Outro ponto abordado por José de Albuquerque diz respeito às na época denominadas doenças venéreas – hoje conhecidas como Doenças Sexualmente Transmissíveis – em seu livro *Catecismo da educação sexual*, de 1940, em que higienizar significa prevenir de doenças: “Deve-se realizar educação anti-venerea para

criar indivíduos conscientes do perigo venereo e reduzir as cifras de contagio (ALBUQUERQUE, 1940, p. 103)”.

É interessante como, da mesma forma que o ideal eugênico-higienista, Albuquerque via na punição ao transgressor uma forma de profilaxia venérea:

uma lei de delito, de contagio venereo, para punir os indivíduos que sob qualquer forma transmittam qualquer doença venerea, é uma medida que em grande parte concorreria para que os indivíduos enfermos não transmitissem conscientemente os seus males (ALBUQUERQUE, 1940, p. 106).

Sobre a masturbação, José de Albuquerque não tem posicionamento que a condene ou que a ela atribua quaisquer afecções como afirmavam vários médicos ligados à Medicina vitoriana: “Auto-erotismo é a excitação sexual despertada, não, pela presença de individuo do outro sexo, mas sim, pura e simplesmente, por excitações partidas do próprio individuo (ALBUQUERQUE, 1940, p. 94-95)”.

Igualmente, não considera que o adolescente não deva se masturbar nem que a masturbação nesta idade seja prejudicial:

Neste período não; podendo-se mesmo dizer que não ha homem que não tivesse realizado nos primordios da puberdade. Todo perigo da masturbação reside, a bem dizer, no prolongamento além do periodo em que habitualmente se realiza (op. cit., p. 95).

Continuando, diz que justamente a “continencia é anti-natural, porque pretende impôr silencio a uma funcção, que, si existe, é porque tem um papel determinado a cumprir...(idem, p. 98)”.

Albuquerque, em seu livro *Educação sexual pelo rádio*, de 1935, caminhando no sentido de naturalizar e desmistificar as atitudes e comportamentos sexuais diz que

a função sexual nada tem de immoral, como nenhuma immoralidade existe em qualquer função do organismo,

quando orientada de accôrdo com os preceitos da physiologia e da hygiene (ALBUQUERQUE, 1935, p. 21).

E continuando, afirma que

nenhuma manifestação do organismo humano é immoral, porque todas obedecem ao imperativo categorico das leis, leis biologicas, pelo que cumprem ser devidamente conhecidas para serem respeitadas. Quem desconhece a lei biologica corre o risco de transgredil-a, tal como quem desconhece a lei social se expõe ao perigo de desrespeita-la. Quem desrespeita a lei biologica, tambem tem penalidades a sofrer: são os estados morbidos decorrentes das praticas em que incidiu, com toda sua roborte de dores e sofrimentos (op. cit., p. 19-20).

Coloca a responsabilidade da educação sexual nos pais e professores, quando afirma que “teem os paes e mestres, grande cuidado de pôr seus filhos do corrente dos preceitos geraes de hygiene, para que estes, os respeitando, possam pôr esses organismos a salvo da morbidez (ALBUQUERQUE, 1935, p. 20)”.

E essa morbidez refere-se à utilização do sexo para fins que considera imorais e que assim procedem os indivíduos que não receberam educação sexual por parte da família.

Si com a educação sexual a criatura humana aprende a se conduzir e si só attinge a perfeição aquelle que se sabe conduzir, a educação sexual é uma tarefa de finalidade altamente moral, e impregnada de um alto senso de espiritualidade (ALBUQUERQUE, 1935, p. 32).

Buscando propagar seus ideais até a população, os higienistas partiram para os meios de comunicação “populares” que conseguissem disseminar os princípios da higiene e da eugenia que primava por ações junto às massas populares, visando ao saneamento e à prevenção da doença mental a partir de medidas diretas. (DACOME, 2003, p. 105).

Neste caminho, não foram poucas as ações e iniciativas de José de Albuquerque para a divulgação da educação sexual nas camadas populares. Criou em 5 de julho de 1933 o Circulo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), cuja criação surgiu da “necessidade da fundação de uma instituição que propagasse entre o povo brasileiro os conhecimentos básicos da educação sexual...” (ALBUQUERQUE, 1958, p. 11).

O CBES, primeiramente, teve sede nas dependências do Jornal de Andrologia, mas logo contou com um salão de conferências, com instalações de cinema e projeções, biblioteca com sala de leitura, arquivo, museu, pinacoteca e seção de expedições de jornal. Além de fundador do CBES, José de Albuquerque foi diretor e redator-chefe do Boletim de Educação Sexual e do Jornal de Andrologia.

Para expor as iniciativas do CBES, José de Albuquerque organizou uma obra totalmente dedicada à divulgação dos 25 anos do CBES. Diante desta obra, tomamos como importante entender a dedicação deste círculo e de seu diretor, em desenvolver iniciativas que fizeram com que a educação sexual fosse levada ao grande público, para isso, foram usadas os mais diversos meios de comunicação como o jornal, o rádio, o filme, o museu, pinacotecas, folhetos e cartão postal.

Deve ter buscado inspiração no movimento higienista, utilizava a imprensa escrita como um amplo espaço para discussões de problemas nacionais e de problemas de saúde pública:

Além das produções especializadas, meios ditos ‘populares’ também foram utilizados, como é o caso da imprensa escrita. Se as publicações enfocavam os problemas nacionais sob a sua perspectiva e defendiam os seus interesses, o jornal tornava-se um espaço público par outros pontos de vista, muitas vezes questionando os novos ‘conhecimentos científicos’ ou mostrando as incoerências e limitações das ações desenvolvidas. Nesse sentido, o jornal foi o espaço que propiciou amplo debate público sobre saúde; por um lado criticando e questionando; por outro, configurando-se em um importante instrumento de difusão dos ideários em questão. Publicavam-se desde pequenas notas, conferências realizadas até

artigos de cunho científico, geralmente reproduzidos posteriormente, na íntegra, pelos periódicos (MAI, 2003, p. 60).

Para José de Albuquerque, a utilização da imprensa escrita, por meio de livros, jornais e folhetos era uma forma de alcançar um maior número de pessoas de todas as camadas sociais. Essas iniciativas deveriam levar o indivíduo a saber como agir, discriminar o porquê das manifestações de sua sexualidade, demolir preconceitos nocivos, implantar verdades científicas, enfim, ajudar o indivíduo a saber conduzir a sua vida sexual (ALBUQUERQUE, 1935).

No período compreendido entre o término da Primeira e o início da Segunda Guerra Mundial, o uso do rádio teve um desenvolvimento acelerado e, na década de 1940 já havia se tornado o mais importante meio de comunicação de massa, e José de Albuquerque dele se utiliza para divulgar suas idéias. Também proferia muitas conferências, discursos e palestras em faculdades, escolas, congressos, sessões parlamentares e entidades civis, como Rotary Club, entre outras. Distribuía panfletos explicativos, utilizava imagens de peças em cera e distribuía cartões postais objetivando transmitir noções de sexologia.

Para Albuquerque (1940, p. 40-41),

a imagem pode ser empregada não só fixa como em movimento; fixo, em cartões postais, cartazes murais, projecções luminosas, quadro e esculturas em massa ou cera, e, em movimento, no cinema ... as gravuras ... prestam um grande serviço para focalizar os aspectos de natureza moral, espiritual, jurídica, social etc. que problema da educação sexual apresenta e ainda para o ensino dos factos da biologia sexual e apresentação de estatísticas ou quadros comparativos sobre os problemas varios que a educação sexual ventila.

Albuquerque (1945) dizia que o uso de vários meios de comunicação populares otimizava o trabalho, havia um maior alcance, tanto em oportunidades quanto em número de pessoas:

Assim sendo, no decorrer de um dia, varias são as oportunidades que têm as pessoas bem orientadas acerca dos problemas sexuaes, de poder propagar aos seus parentes, amigos e conhecidos, as verdades sexuaes, desviando-os do caminho errado que muita vez vinham trilhando e colhendo-os numa estrada recta e larga que só os poderá conduzir á felicidade (1935, p. 13-14).

A família também é tema constante na obra de José de Albuquerque, que coerente com o pensamento da época, destaca a harmonia conjugal e as “receitas” que seriam coadjuvadoras para a compreensão e o amor familiar:

(Preparar) o homem e a mulher para constituil-a sob bases mais seguras, garante não só o estado de sanidade da prole, como o de maior harmonia dos conjuges, promovendo assim a maior estabilidade do edificio familiar (ALBUQUERQUE, 1933, p. 13).

Em outra obra, defende que o homem deve conhecer a psicologia feminina:

No dia em que o homem tiver sido posto ao corrente das transformações que se verificam no psychismo da mulher, por ocasião dos periodos pré-menstrual, menstrual, post-menstrual, inter-menstrual, pré-climaterico e climaterico, saberá relevar todas as modificações impressas em seu character por essas ocasiões, e longe de a injuriar, de a espancar, de se armar de um punhal ou de um revolver, ou obrigar-a a se retratar de uma expressão, com a qual se julgue offendido, longe de agir dessa fórmula deshumana e cruel, como via de regra age, o homem saberá olhal-a com tolerancia e complacência (ALBUQUERQUE, 1935, p. 26).

Concluindo, explica a importância deste conhecimento sobre o funcionamento mental do homem e da mulher:

A mulher compreenderá que o homem não é apenas um ser morphologicamente differente de si, mas que a essa differenciação morphologica corresponde uma differenciação psychica, condicionada por leis inflexiveis que a natureza dictou e ás quaes ella tem que se submeter. O homem compreenderá que a mulher não é apenas a sua companheira, mas tambem a escrava de suas próprias

glândulas, glandulas essas que nem sempre lhe permitem atender as vontades do esposo, como este pretende (ALBUQUERQUE, 1935 p. 27).

Em uma época em que o feminismo militante de Betty Friedamm estava distante, ousava falar que não havia superioridade do sexo masculino:

Erroneo é o conceito de que haja um sexo superior a outro, que haja um sexo destinado a mandar e outro para ser dominado, um que seja forte e outro que seja fraco. O conceito de ‘sexo fraco’ ganhou taes foros de verdade, que esta expressão é tida hoje como equivalente de ‘sexo feminino. O poder deseducativo desta expressão, é enorme, e as consequencias que acarreta na mentalidade daquelles que se habituaram a ouvil-a e réptil-a, são deveras lastimaveis e temiveis. A expressão ‘sexo fraco’, distituída de toda e qualquer senso critico, não formando mesmo sentido, porque divorciada da realidade, não tem feito até hoje senão despertar a competição entre os sexos e desencadear uma lucta accesa entre a mulher e o homem” (ALBUQUERQUE, 1935, p. 36)”.

Continuando, diz que

o sexo masculino, tido como ‘sexo forte’, abusou dessa situação ficticia que lhe foi criada por força desta expressão, para trazer subjugado a si, o sexo opposto, o sexo feminino, allegando que o destino do homem, é dominar, porque forte, e o da mulher obedecer, porque fraca, chegando até ás raias da vulgarização popular num adajo que correu mundo e no qual é cynicamente affirmado que na fraqueza está a força da mulher (ALBUQUERQUE, 1935, p. 36-37).

Para José de Albuquerque, essa imagem foi construída pelos conceitos errôneos como

o homem é o rei da criação e a mulher não é senão sua companheira; o homem já existia, e só depois dele veio a mulher; o primeiro homem para nascer não precisou da mulher; a primeira mulher para nascer precisou do homem, de uma costella do homem; ou Eva não foi senão uma costella de Adão feita mulher (ALBUQUERQUE, 1935 p. 38).

As diferenças entre homens e mulheres eram justificadas biologicamente sem que houvesse conotação de inferioridade ou superioridade para este ou aquele sexo:

A mulher é diferente do homem. Os sexos não existem senão para se completarem... Os dois sexos se devem confrontar com a mesma superioridade com que se defrontam duas pilastras que supportam as extremidades de um arco de cimento armado, no portico de um edificio. (...) Os sexos se devem defrontar, com a consciencia de que, o trabalho que cabe a cada um na obra da criação, não pode ser realizado pelo outro. Para isso é preciso que cada sexo se conheça e conheça, além disso, o outro sexo, para saber quaes são e até onde vão, os direitos e obrigações de um, em face do outro, isto é, de como se deve comportar biológica e socialmente, o homem em face da mulher e esta em face daquelle... Mas isso só poderá ser conseguido no dia que a educação sexual for uma realidade. (ALBUQUERQUE, 1935, p. 40).

O adultério é tema presente nas obras de Albuquerque, e não deixa de ser interessante a relação que faz entre a impotência e a busca de relações sexuais fora do casamento por parte da mulher, enquanto que o homem pode lançar mão do suicídio ou pode se tornar prejudicial a si e para a sociedade:

Enquanto o moço impotente não tratado, conduz a sua esposa pela impossibilidade de satisfazer-a normalmente, ás maiores depravações e perversões sexuaes, quando esta não se socorre da annullação, por ignorancia, vergonha ou qualquer outro motivo, ou ainda quando este estado sobrevem no decorrer da vida conjugal. Enquanto o moço impotente não tratado si sua affecção se manifestou após o casamento, vae muita vez despertar na esposa, a supposição de que se entrega a relações sexuaes extra-conjugaes e como tal, dar logar á desharmonia no lar e a scenas por vezes deploráveis, sobretudo para a prole que as assiste. Não tratando da impotencia o individuo poderá sofrer de perturbações gerais de saúde que faz com que sua capacidade de trabalho seja diminuida (ALBUQUERQUE, 1933, p. 13-14).

José de Albuquerque julga o adultério não pelo ato em si, mas pelo que ele provoca para a desordem familiar e social.

Assim sendo, toda vez que a esposa se achar impedida de ter relações sexuaes, (excepção feita no impedimento mensal, causada pela menstruação, cujo periodo de duração for normal), ou que a esposa se ache ausente por motivo de viagem della ou do marido, este pode se entregar ao coito com outra mulher, sem que por isso, incida num delito de ethica sexual. Em contraposição, a esta situação, quando a mulher se encontrar em condições, que lhe permitam o exercicio da

copula e não estiver em local distante, do em que se encontrar o marido a este, exerça o acto sexual com uma outra mulher, incorrerá na maior das imoralidades (ALBUQUERQUE, 1930, p. 120).

Desenvolvendo uma nova moral da vida e do corpo, a persuasão higiênica desenvolvida no século XIX vai ser montado sobre a idéia de que o progresso e o desenvolvimento do país dependem da saúde e da prosperidade da família. Nesse sentido, a introdução da figura do médico dentro da família foi uma importante conquista do movimento higienista, pois a imposição desta figura, ora generosa, ora enérgica, ora doce, ora tirana, foi aos poucos substituindo a figura do confessor e o filho-padre.

Neste sentido,

... uma das mais importantes conquistas do movimento higienista foi a imposição da figura do médico à família. Fazendo-se adotar por esta instituição, o médico, combatia o desprestígio social de que era vítima e produzia uma nova fonte de benefícios econômicos. Pouco a pouco, como observou Gilberto Freyre, o confessor e o filho-padre foram sendo substituídos por essa figura carinhosa e firme, doce e tirânica, o médico da família (COSTA, 1999, p. 77).

Na época em que viveu José de Albuquerque, o desprestígio das décadas anteriores foi superado e a classe médica conquistava tamanho prestígio que, com facilidade, a política e a educação recebiam da Medicina e dos médicos significativa influência a respeito de como conduzir os desígnios da nação, qual a melhor educação para ser levada às escolas e como os pais poderiam contribuir para que o país tivesse a família ideal. Tudo se pautando no ideal higiênico.

Capítulo 4
*O papel da educação no discurso médico
de José de Albuquerque*

Capítulo 4

O papel da educação no discurso médico de José de Albuquerque

Ao longo do século XIX, a Medicina no Brasil procurou ampliar o seu campo e ação para e instituir enquanto um campo disciplinar autônomo. Para isso, a Medicina criou estratégias que atingissem as diversas áreas dos saberes que, até então, funcionavam independentes da Medicina. Respaldados pela situação político-social do país, os médicos utilizaram essa “independência” dos outros campos disciplinares para justificar a condição em que o país se apresentava no século XIX.

A Medicina, então, elegeu as outras áreas disciplinares, como o urbanismo, a moral, o direito, a política, entre outros, como seu campo de atuação e seus respectivos sujeitos como objetos de atenção e intervenção.

Gondra afirma que

com isso, as instituições vinculadas às práticas anteriormente enumeradas, bem como as disciplinas e seus respectivos objetos, também se transformaram em objeto de atenção e intervenção dos médicos. Assim, o hospital, a fábrica e o hospício foram, no discurso médico, descritos como carentes, insuficientes, atrasados e produtores de doenças o que, no limite, demandava uma intervenção baseado no saber médico (GONDRA, 1998, p. 46-47).

Outra forma da Medicina se instituir como um campo disciplinar foi forjar um discurso que autorizasse os sujeitos que poderiam discursar sobre o mundo médico.

Assim, os enunciados da Medicina foram partilhados pelos médicos que intervinham em todos os âmbitos institucionais eleitos como campo de alcance da Medicina.

A inserção do discurso médico no campo educacional aconteceu porque, a escola era vista enquanto lugar de cura para uma sociedade degenerada. A escola, dessa forma, foi elevada, segundo o que esse discurso parece sugerir, à condição de lugar de produção de um sujeito sadio e, por extensão, uma sociedade curada/higienizada; em outras palavras, uma sociedade regenerada por intermédio da organização escolar, assim inventada pelos médicos (GONDRA, 2004, p. 479)

A partir desta interpretação, podemos inferir que, para os médicos do final do século XIX e início do século XX, a escola era vista como uma instituição social com grande importância para o desenvolvimento de uma nova sociedade, a sociedade moderna.

Neste trabalho, porém, nos cabe tentar entender qual era o papel reservado para a escola no discurso médico e quais seriam os mecanismos a serem utilizados para esta escola cumprir o seu papel enquanto instituição social, inserindo a educação sexual e José de Albuquerque neste contexto.

No final do século XIX, as idéias constituídas pela Medicina em torno do papel da escola versavam para uma instituição capaz de higienizar a população degenerada:

Na construção do modelo escolar diferenciado dos claustros e quartéis, higiene comparece com seus princípios e fundamentos, a partir dos quais formula um conjunto detalhado de prescrições para a escola, que entendia ser necessária. Necessidade que, de sua parte, encontrava-se determinada pelo horizonte de um ambiente, cidade e população representados sob um amplo rol de adjetivos negativos. Nessa chave, a escola é alçada à condição de elemento necessário e, por vezes, suficiente para transformar os adjetivos imputados à Corte do Rio de Janeiro e a seu povo (GONDRA, 2004, p. 484).

É nessa construção de uma escola capaz de “regenerar” o indivíduo proposta pelos projetos higiênicos – que vai desde a preocupação com a localização do prédio escolar e arquitetura até a descrever quais deveriam ser os comportamentos dos sujeitos que ali estavam inseridos – que a intervenção na sexualidade do indivíduo aparece como uma das preocupações a serem colocadas em discurso.

Gondra (2004, p. 410) afirma que a inserção do sexo no discurso médico “implicou na sexualização da família, das crianças, dos colégios e dos espaços urbanos, entre outros” e, levado para a educação, este discurso dentro da escola visava afirmar que a sexualidade fazia parte da formação do indivíduo e, nesse sentido, “deveriam ser desenvolvidas estratégias diversificadas para controlar os desvios e os vícios, ou seja, uma má formação do ponto de vista sexual” (p. 412).

Assim, os ideais propagados pela Medicina do século XIX, inseridos no âmbito educacional, viam na escola um lugar profícuo para a formação de indivíduos saudáveis, higienizados e com costumes que estariam de acordo com a nova sociedade que se apontava, a sociedade moderna – e higiênica!. Mas a educação que se pretendia oferecer aos escolares ia além do individual. A grande questão era que a ordem oferecida pela escola se estenderia às famílias dos escolares e, conseqüentemente, à sociedade. Ou seja, a partir do século XIX foi atribuído à escola o papel de normalizar a infância e a família (CUNHA, 1998; CARVALHO, 1998).

Apesar de a escola ser vista como um local onde valores e costumes poderiam ser construídos a favor de uma nova ordem social, nada se fez de concreto pela educação brasileira durante todo o período imperial. Foi só a partir da proclamação da república, em 1889, que reformas mais efetivas que possibilitassem à escola

desempenhar o papel que lhe era atribuído começaram a ser apresentadas (RIBEIRO, 1993).

Sob forte influência positivista, os primeiros anos da primeira república foi marcado, no âmbito educacional, por uma série de reformas que tentavam incluir nos currículos escolares disciplinas científicas e também reformas que davam um grande valor à questão de uma melhor organização nos níveis de ensino. Nesses primeiros anos do século XX a educação começara a deixar de ter o caráter estritamente clássico e literário para ceder espaço ao cientificismo que apontara desde o século XIX. Mas estas reformas não foram suficientes para a estruturação de um sistema de ensino e nem que os ideais democráticos apregoadas pela Constituição fossem garantidos. Durante todo o período, desde a proclamação da república até a década de 20, a educação permaneceu sem grandes transformações radicais (RIBEIRO, 1993).

Foi a partir da década de 20, quando o modelo econômico vivido pelo Brasil começou a entrar em declínio, que a educação começou a sofrer grandes transformações. Até então não havia interesse em por parte dos governantes em ampliar o ensino, pois o modelo econômico não exigia pessoal qualificado. Após 1920, a burguesia industrial que entrava em ascensão, começou a ter os seus ideais notados:

Com a queda da oligarquia e a ascensão da burguesia industrial, as revoluções, o Tenentismo, o Partido Comunista, a Semana da Arte Moderna, as linhas de pensamento filosófico dos escolanovistas e dos católicos vão ser incorporados à educação e influenciarão toda a organização escolar neste período (RIBEIRO, 1993, p. 19).

A burguesia industrial vivia o momento de ascensão, pouco a pouco o modelo agrário exportador foi substituído por um modelo econômico com base na industrialização. O outro componente social – o operário – continuou a ser ignorado e grandes movimentos sociais começaram a eclodir. Uma transformação na política

começou a ser reivindicada, assim como os direitos de liberdade e igualdade que inspiravam a constituição.

É nesse contexto histórico que surge um movimento pedagógico renovador que defendia o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório e enfatizava a importância da educação para a reconstrução nacional: o movimento da Escola Nova.

Dentro do ideal renovador disseminado no Brasil, tanto no meio econômico quanto no meio intelectual, que pretendia impor novos valores e regras de comportamento que atendiam as necessidades da modernização do país, estava o ideal escolanovista disseminado no campo educacional. Este ideal renovador tinha como princípios o respeito à individualidade e o “atendimento às necessidades sociais do novo país que se esperava construir” (CUNHA, 1998, p. 46) e tinha como objetivo impor modelos de comportamento inspirados nos ideais higienistas e eugenistas com o intuito de “normalizar” o indivíduo e colocá-lo o mais próximo do padrão de comportamento exigido para uma nova sociedade brasileira:

Ao que tudo indica, o início do movimento educacional renovador brasileiro deu prosseguimento ao espírito de enquadramento higiênico, em voga no final do século XIX e nas primeiras décadas do presente século, sem romper com o intuito disciplinador característico do higienismo (CUNHA, 1998, p. 55)

Dentro do movimento escolanovista a educação era entendida como um dos grandes problemas sociais, mas que solucionando este problema todos os outros seriam equacionados – era a crença no poder da educação e nomeado “entusiasmo pela educação”. Este movimento de entusiasmo teve a sua continuidade, após 1925, pelo “otimismo pedagógico”. Seria a crença pela educação, mas aquela oferecida por um profissional competente, um “técnico” capaz de exercer a função de educador, o “profissional da educação” (CARVALHO, 1998, p. 32).

Foi nesse período de grandes reformas educacionais, de introdução de um novo ideário educacional e da crença de que a educação iria resolver os grandes problemas sociais, que as obras de José de Albuquerque foram escritas e publicadas.

Segundo Carvalho (1998), propostas de higienização da sociedade, que estavam em consonância com os ideais eugenistas e higienistas, tiveram uma intensa circulação nas décadas de 20 e 30. Eram propostas que pretendiam disciplinar o homem e mantê-lo distante dos vícios e costumes *lascivos* que entregavam a população ao *flagelo*. Eram propostas que traziam para o campo educacional “questões morais e sanitárias” que visavam a erradicação dos vícios e das mazelas sociais e a formação de uma saúde bio-psíquica do indivíduo que circularia na nova sociedade. A formação de um indivíduo higienizado, por meio da educação higiênica na família, na escola e nas fábricas, era necessária para a formação de uma consciência nacional.

José de Albuquerque propunha, então, a educação sexual dentro da educação sanitária, ou seja, achava de extrema importância que a escola oferecesse a educação sexual para criar hábitos higiênicos e desenvolver uma moral sexual (bons hábitos e comportamentos) nos escolares. Para ele,

(...) a educação sexual, é uma tarefa não só imbuída de alto senso de espiritualidade, como também eminentemente altruística, pois além de concorrer para o aprimoramento do indivíduo, nos seus aspectos biológico, intelectual, moral e espiritual, concorre ainda para a defesa da Família, o engrandecimento da Pátria e o bem estar geral da Humanidade (ALBUQUERQUE, 1940, p. 171).

Neste sentido, a educação sexual, deveria ocupar o lugar estritamente necessário para cumprir a sua função. Se a ela cabia o papel de ensinar ao aluno a função exata do sexo e os cuidados que se deveria ter em relação à higiene de seus órgãos genitais, não haveria a necessidade de uma cadeira específica. O indicado seria um professor que

desse ao aluno uma visão de uma função natural do sexo e dos órgãos genitais, tão naturais como de todos os outros órgãos. Assim, a função sexual deveria ser encarada como “natural” e não como imoral.

Nas escolas não ha necessidade de uma cadeira de educação sexual, o que cumpre é que os mestres não criem na mentalidade do educando, o conceito de que a função sexual seja immoral, envolvendo-a num halo de mysterio, nas disciplinas em que o assumpto naturalmente se apresenta (idem, p. 92).

Para José de Albuquerque, a inserção da educação sexual na escola contribuiria não apenas para a higiene e para a saúde mental do indivíduo, mas também para contribuir para o aprimoramento do indivíduo em todas as suas facetas.

Uma das grandes preocupações no ideário educacional que envolveu todo o período em que suas obras foram publicadas era a valorização dos métodos e processos de ensino. Se a escola era vista como uma instituição social que não apenas transmitisse conhecimentos, mas que fosse decisiva na formação tanto intelectual como moral do indivíduo, e que o preparasse para a “vida”, ela teria que ter um alcance maior, e esse alcance era visto como possível a partir dos preceitos da higiene escolar, ou seja, a escola deveria oferecer um ambiente favorável para o desenvolvimento físico, intelectual e moral de seus alunos (CARVALHO, 1998). E é dentro dessa educação que favorecesse o pleno desenvolvimento físico, intelectual e moral do indivíduo que José de Albuquerque inclui a educação sexual, com meios e fins a serem atingidos – como já foi afirmado acima, a educação sexual era vista como capaz de desenvolver capacidades física, intelectual e moral no indivíduo.

Da mesma maneira que nos projetos dos médicos higienistas e no ideário educacional corrente, José de Albuquerque também inseria nas suas obras uma grande preocupação com os métodos e os procedimentos. Em suas obras podemos perceber

claramente uma sistematização dos sujeitos a serem atingidos, dos meios e dos fins da educação sexual e igual rigor científico ao falar sobre a educação sexual na escola e sobre a conduta do professor ao tratar desse assunto com os alunos.

Primeiramente, a educação sexual deveria começar no seio familiar, ou seja, assim que fossem manifestadas pelas crianças as primeiras curiosidades sobre as questões sexuais. A criança, na visão do autor, deveria ser orientada desde cedo de acordo com verdades científicas. Nem mesmo os pais deveriam inculcar no indivíduo mistérios e fantasias que cercam as questões sexuais. O autor via a educação sexual como parte da formação moral e intelectual do indivíduo e que só poderia ser ministrada com verdades científicas:

...além do ensino religioso, literário, artístico, etc. os pais devem a fazer ministrar às suas filhas o ensino da educação sexual, porque só no dia em que este ensino lhes fôr familiar poderão ellas saber orientar racionalmente sua conduta sexual no periodo da puberdade, esta phase da vida que os poetas contam mostrando-a através de vidros cõr de rosa e que os médicos e criminalistas, um grande numero de vezes, não a veem senão impregnada das mais carregadas e negras cores (ALBUQUERQUE, 1940, p. 81).

Após a entrada da criança na escola, a educação sexual deveria ser ministrada por professores ou profissionais imbuídos de verdades científicas, profissionais capazes de deixar de lado as superstições, os mistérios e as inverdades sobre a função sexual.

Partindo da idéia de que as questões ligadas à higiene do aluno, encontradas nos projetos higiênicos, abrangiam toda uma gama de cuidados com o corpo, com o vestuário e com a alimentação (GONDRA, 2004), José de Albuquerque afirmava também que deveria existir uma cadeira específica para os cuidados higiênicos, onde poderia entrar os cuidados com a higiene sexual. A educação sexual deveria ser ministrada na cadeira de hygiene geral, que deveria existir em todas as escolas: “ensinar

ao lado da hygiene da respiração, da hygiene alimentar, da hygiene do vestuario, da hygiene mental, etc., a hygiene sexual” (ALBUQUERQUE, 1935, p. 54).

Falando dos sujeitos da educação sexual, diz que não causará à criança,

Nenhum maleficio causará, porque nelles ou se ventilam problemas de natureza geral ou de caracter moral, que de maneira alguma podem ser nocivos ás crianças (ALBUQUERQUE, 1940, p. 36).

Continuando, diz que

a criança, a quem seus paes lhe ensinam que já foi trazido ao mundo pelo bico de uma cegonha ou encontrada no rio levada pela incerteza das águas, no dia que souber da verdade, olhal-os-ha com suspeição, interpretando o silencio por elles impostos ou as inverdades por elles narradas, em torno do seu nascimento, como inspirados na vergonha de terem de um acto de que se pejam de haver praticado (ALBUQUERQUE, 1940, p. 65-66).

Sobre a educação sexual na puberdade, acredita que

devemos procurar lhes esclarecer como são constituios, para que assim se possam conhecer, porque somente conhecendo-se poderão se conduzir no bom sentido e, somente se conduzindo no bom sentido, poderão se pôr a salvo de circunstancias que sejam capazes de aniquilar sua saúde e sua moral. (ALBUQUERQUE, 1940, p. 75-76).

Com muita clareza, Albuquerque descreveu os objetivos e as vantagens da educação sexual, elegeu o local onde a educação sexual deveria ocorrer e argumentou porque considerava o professor como o profissional mais indicado para esta função. Vamos encontrar no ideário escolanovista a defesa da “especialização” do profissional que iria lidar com questões educacionais, ou seja, para que a educação cumprisse o seu papel social os sujeitos autorizados a desempenhar o papel de educador deveriam ser, necessariamente, profissionais com competência técnica e científica. Para José de

Albuquerque (1940), o professor melhor autorizado a discursar sobre a função sexual seria o professor de história natural, pois este estaria apto a esclarecer aos alunos as funções dos órgãos genitais, funções tão naturais quanto de qualquer outro órgão. A forma como esse professor deveria ensinar seria fazendo analogias com as funções de qualquer outro órgão:

o professor de historia natural, ao ensinar aos alumnos a constituição morphologica do corpo humano, não salte por cima dos órgãos sexuaes masculinos e femininos, silenciando a respeito dos mesmos, quando, em relação aos demais órgãos e aparelhos, sua conducta foi outra, pois com o procedimento que adopta, ensina a seus alumnos um corpo humano differente do que na realidade se apresenta, porque um corpo humano asexuado (ALBUQUERQUE, 1940, p. 93).

Deveria ser papel do educador eleger mecanismos que superassem a fantasia e a mentira e ensinar verdades científicas que colaborassem para o desenvolvimento pleno do indivíduo. Sobre a conduta do professor, José de Albuquerque (1940), afirma que

o educador deve fugir da phantasia e da mentira, só fazendo affirmativas calcadas em factos reaes e estribadas na verdade, lembrando-se ainda mais de que, para ensinar o que se deve fazer, o caminho não é mostrar o que não se deve fazer, mas tão somente indicar o que convem, que se faça, como convém que se faça e porque convém que se faça. Para não perder o prestigio perante os educandos e para que estes possam dar credito e pôr em pratica os ensinamentos que lhes são ministrados (p. 31).

Podemos observar que a conduta do educador parece ser um fator importante para que a educação sexual surta efeito. E esta conduta deve ser guiada pela verdade e pelo rigor científico. Esse rigor científico também pode ser observado na media em que são feitas as indicações sobre o que tratar e como tratar os assuntos ligados à educação sexual de acordo com cada idade.

Assim, ele aconselha:

a) Sobre o que tratar na educação sexual:

O que (considero) aconselhavel é o seguinte: que o professor de historia natural, ao ensinar aos alumnos a constituição morphologica do corpo humano, não se salte por cima dos orgãos sexuaes masculinos e femininos, silenciando a respeito dos mesmos, quando em relação aos demaes orgãos e aparelhos, sua conducta foi outra, o que dá em resultado, servir-se a criança do nome particular de cada órgão, quando se quer referir a qualquer uma das partes do corpo, menos daquellas relativas aos orgãos sexuaes, por serem estes, apenas conhecidos por ellas e mesmo pelos adultos, pela nomenclatura da giria, aprendida nas fontes as mais suspeitas (ALBUQUERQUE, 1935, p. 53-54).

b) Como tratar:

Dar á criatura humana a noção exata do que representa a vida sexual, para que assim a possa dirigir conscientemente e no bom sentido, afim de não ser a sexualidade elemento capaz de obstar o seu proprio aperfeiçoamento, mas ao contrario, capaz de garantir, não só, sua perfeição physica, moral, intellectual e espiritual, como perfeição de sua descendência (ALBUQUERQUE, 1940, p. 31)

c) E de acordo com a idade:

A educação sexual interessa a criatura humana nos diversos cyclos de sua evolução biologica (...) A forma pela qual se o deve ministrar, varia conforme a edade do educando, pois a cada umas das edades da vida, correspondem necessidades differentes em relação a esse assumpto (...) Indica que o que convém que seja dito á criança não é o mesmo que se deve ensinar aos jovens, como o ensino que se dá a estes, não é o que interessa ser ministrado aos velhos (idem, p. 52).

José de Albuquerque entende, então, ser necessário um grau de aprofundamento diferente para cada faixa etária que receberá educação sexual:

ha uma technica especial para a educação sexual da criança, assim como ha outras para a do adolescente, do adulto e do velho, cada qual inspirada nas condições psicologicas do individuo em cada uma dessas edades (idem, p. 52).

E mais adiante, no mesmo livro, diz que “a educação sexual da criança deve ser começada pelos paes, continuando pelos mestres e terminada pelos médicos” (idem, p. 57).

No que tange ao momento que se deve começar, José de Albuquerque (1940) diz que a educação sexual deve ser iniciada logo na infância a partir do interesse demonstrado pela criança, aproveitando a oportunidade. E, às questões feitas pelas crianças, se deve

responder-as a ‘grosso modo’, de uma maneira genérica, buscando analogias na função reprodutiva dos vegetais e animais domésticos, entremeando estes ensinamentos de considerações de ordem moral, é a melhor maneira de se satisfazer a curiosidade das crianças e não se dar lugar a que se transforme em enigma nos cérebros infantis, uma função que nada tem de immoral (idem, p. 63).

Aos indivíduos que estiverem na puberdade, de ambos os sexos, afirma que

devemos procurar lhes esclarecer como são constituídos, para que assim se possam conhecer, porque somente conhecendo-se poderão se conduzir no bom sentido e, somente se conduzindo no bom sentido, poderão se pôr a salvo de circunstâncias que sejam capazes de aniquilar sua saúde e sua moral (idem, p. 75-76).

A educação sexual na puberdade deve oferecer ao indivíduo informações necessárias sobre a função sexual, a higiene dos órgãos sexuais e sobre assuntos que possam atingir sua moral:

Attingida a puberdade, naturalmente que a conduta pedagógica deve ser outra, visto ser nesta idade que o filho, via de regra, se lança no borborinho da vida sexual, levado por seu próprio instinto e auxiliado grandemente pelas condições do meio social em que vive (ALBUQUERQUE, 1935, p. 58-59).

Já na idade adulta,

a educação nesta fase não difere muito da puberdade, deve-se apenas acrescentar a questão do casamento a fim de esclarecer como proceder, na vida a dois e a de natureza biológica e moral (ALBUQUERQUE, 1940, p. 121).

Também a menina, para José de Albuquerque, deveria receber educação sexual:

ao atingir a puberdade, as moças devem ser orientadas por paes não só quando os cuidados hygienicos a dar a seus orgãos e funções sexuaes, que nessa época se evidenciam de uma maneira patente, como ainda devem ser avisadas dos perigos a que, sob o ponto de vista moral, podem se achar expostas por sua sexualidade (ALBUQUERQUE, 1940, p. 81-82).

Questões de gênero, denominadas por Albuquerque como a *naturalização das diferenças*, também são temas que aborda em suas obras:

Á luz da moral sexual, o feminismo é por todos os motivos desaconselhável, tanto para o individuo, como para a espécie e para a sociedade. Biologicamente, tal pretensão feminina é insustentável, a menos que a mulher sacrifique a este seu infundado edeal, o equilibrio de seu organismo, e a conservação da espécie humana (ALBUQUERQUE, 1930, p. 145).

Não podemos deixar de mencionar uma crítica, feita em 1930 que, lida sem sabermos a data, pode muito bem ser atribuída a um autor do ano 2000. É quando Albuquerque diz que a escola é um espaço não aproveitado para a educação sexual e que é evitada pelos professores, que quando ensinam história natural ou higyene não entram em assuntos imoraes com seus discípulos (ALBUQUERQUE, 1930, p. 21)

Continuando, pioneiramente, afirma que, não recebendo educação sexual no lar ou na escola

vão as crianças aprender, a princípio, com os flâmulos da casa, que sempre se insinua a ensina-las tais assuntos, e depois, nos prostíbulo e nos alcouces... [onde] surge uma anedota, um dito picante de fundo sexual, que os jovens ouvem com curiosidade e sofreguidão, aprendendo, por conseguinte, a ridicularizar a função sexual e a [vê-la] como assunto de mofa e chacota (idem, p. 23).

São idéias construídas a partir do mesmo caminho que a Medicina havia traçado para se instituir enquanto campo autônomo e capaz de solucionar problemas sociais que deterioravam o povo brasileiro. No caso da Educação sexual, institui-se, primeiramente, o local que ela deveria ocupar – a família e a escola; em seguida, os sujeitos autorizados a discursar sobre a educação sexual – os professores e os pais; e, por fim, a determinação de uma série de condutas e intervenções a serem feitas objetivando êxito na educação sexual.

É importante mencionar que, na *Educação sexual pelo rádio*, de 1935, José de Albuquerque apresenta um “pentálogo” sobre os pensamentos que deveriam estar sempre presentes ao se ministrar a educação sexual, em que pais e mestres

...devem ter sempre presente em seu espírito, o seguinte pentálogo relativo á educação sexual:

- a)– que não procurem envolver num halo de mysterio, os problemas da vida sexual;
- b)– que não concorram para criar mentalidade infantil, o falso conceito, de que a função sexual é uma função de prazer;
- c)– que não permitam que seus filhos ou discípulos, associem ou continuem a associar, o conceito de immoralidade ao de sexualidade;
- d)– que não pratiquem o crime de deixar ingressar na puberdade, criaturas completamente desconhecedoras dos mil e um perigos que as esperam;
- e)– que, finalmente, não tragam seus filhos e discípulos, acorrentados ao peso destes terríveis grilhões, que o empirismo e a rotina veem impondo á humanidade sob o nome de ‘moral’...a verdadeira ‘moral sexual’, que é a que se funda nos postulados da sciencia (ALBUQUERQUE, 1935, p. 54-55).

Sempre considerando o bem estar da família, diz que

por ocasião do casamento, outras são as noções que devem ser ministradas ao homem e á mulher, para que ambos possam se saber conduzir, não só em relação um ao outro, como também relativamente ás precauções que devem tomar para a salvaguarda da prole (ALBUQUERQUE, 1940, p. 52-53).

O que concluímos é que, para José de Albuquerque, para que a educação do indivíduo e das famílias seja completa, é essencial a introdução da educação sexual. Indivíduos psicologicamente saudáveis brotarão na sociedade no dia em que a educação sexual for amplamente divulgada, diminuirão os “processos de desquite, dos crimes de abandono do lar, dos uxoricídios e dos delitos passionais, o que já representa uma grande conquista deste novo ramo da educação” (ALBUQUERQUE, 1940, p. 146).

Para ele, a educação sexual ministrada com as crianças desde cedo, seguida dos ensinamentos necessários para cada idade, só poderia concorrer para um maior desempenho do indivíduo enquanto cidadão, iria prepará-lo para a vida.

_____ *Considerações Finais* _____

Considerações Finais

Ao analisar os livros de José de Albuquerque pretendíamos revelar o papel extremamente importante que estas obras tiveram na construção e divulgação do conhecimento sexual no Brasil e trazer contribuições para a historiografia da educação sexual no Brasil.

Inicialmente buscamos fazer uma breve explanação do quadro político-social em que estas obras foram publicadas, pois tomamos como princípio que todo pensamento se constrói a partir de necessidades emergentes de um grupo social ou de toda uma sociedade.

O quadro político-social em que José de Albuquerque publicou as suas obras, como mencionamos no início do trabalho, fazia parte de um momento em que o Brasil passava por uma série de mudanças. O país estava em pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista, baseada no desenvolvimento das indústrias, enquanto o modo de produção agrário entrava em crise. Um grande contingente de famílias abandonou o campo e se alojou nas grandes cidades. O desenvolvimento das indústrias e a migração da população rural para as regiões urbanas causou um grande crescimento das cidades, mas este crescimento ocorreu sem nenhum planejamento urbano, principalmente no tocante às questões sanitárias. A população começou a se aglomerar nos cortiços do centro das grandes cidades e a falta de saneamento básico colaborava para o aumento e concentração de várias doenças.

Concomitantemente ao desenvolvimento tecnológico, que permitia o crescimento das indústrias, as pesquisas nas áreas biológica e médica se desenvolviam em pleno vapor. O contexto político-social e as descobertas científicas realizadas na

área médica contribuíram para que surgisse uma preocupação dos órgãos governamentais, da classe política e da classe médica no sentido de se cuidar da população, de prevenir doenças, de cuidar dos costumes e dos hábitos e, também, de adequar a população à moderna sociedade que estava se configurando com o desenvolvimento do capitalismo industrial. Era necessário inculcar novos valores e padrões de comportamento numa população que fazia parte de uma sociedade que passava por um processo de modernização.

O mesmo contexto político-social incentivava a importação da Europa, não apenas da moda e de costumes, mas também de ideais, aqui incluídos o higienismo e o eugenismo, rapidamente acolhidos no meio médico brasileiro. Cortiços, doenças e epidemias em demasia favoreceram a presença do médico enquanto possível erradicador destes males. Os médicos se tornaram uma figura importante para a sociedade, cuidava da família e era chamado a resolver problemas sociais.

Sua formação, principalmente nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, o preparava para lidar com a higiene pública e, principalmente, com a higiene pessoal do indivíduo, assim como a prevenção de doenças que degeneravam a raça humana. Tinham também, como foco central, através dos cuidados com o corpo, desenvolver nos indivíduos a moral e o bom costume.

Lilia Morit Schwarcz explica que

os médicos da faculdade do Rio de Janeiro buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanadas pelos programas “higienicos”. Já os médicos baianos farão o mesmo ao entender o cruzamento racial como o nosso grande mal, mas ao mesmo tempo nossa suprema diferença. Ou seja, enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater *doenças*, para os profissionais baianos era o *doente*, a população doente que estava em questão. Era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade, ou... se promoviam programas “eugênicos de depuração” (SCHWARCZ, 2000, p. 190).

Assim, José de Albuquerque, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tinha na sua formação a égide do eugenismo e do higienismo. Esta influência estava presente em seu ideal de entender como extremamente necessário oferecer uma educação completa para o indivíduo, e que, para atingir esta totalidade era necessário a inserção da educação sexual, que possibilitaria que o indivíduo iria cuidar do pleno desenvolvimento sadio do seu organismo. Deveria cuidar da função sexual assim como cuidava de todas as outras funções do organismo. Deveria cuidar dos órgãos sexuais assim como cuidava da integridade de todos os outros órgãos.

Para Albuquerque o sexo e a sexualidade eram funções tão naturais como todas as outras funções necessárias para o desenvolvimento sadio do ser humano. Com suas idéias, iniciativas e ações, levou para as questões sexuais uma naturalidade em meio a uma sociedade burguesa formada sob os preceitos e preconceitos religiosos.

Também a ordem familiar, respaldada e incentivada pela Medicina higiênica de seu tempo, está presente em seus ideais. José de Albuquerque mostra o tempo todo que oferecer uma boa formação ao indivíduo implicava em oferecer uma boa formação para a família e, conseqüentemente, essa boa formação se estenderia para a sociedade. A nova ordem social só seria possível se ela começasse pela família, agindo sobre ela e seus integrantes, estaria contribuindo para o bem social.

No tocante aos sujeitos que seriam responsáveis em ministrar a educação sexual, José de Albuquerque coloca a responsabilidade nos pais e professores, nomeando a família e a escola como as instituições sociais intermediárias. Contudo, gradua esta responsabilidade: a família deve ministrar a educação sexual apenas para a formação elementar da criança e para “esclarecer” as curiosidades que aparecem nesta fase; os

professores, a partir do conhecimento científico, se encarregariam de continuá-la em um nível mais específico e completo.

Os pais devem esclarecer tais “curiosidades”, mas sempre tomando cuidado para falar a verdade de acordo com a ciência, pois se a sexualidade era uma função tão natural quanto às outras funções, deveria ser tratada também sob o rigor científico com que tais funções são tratadas. Ressalva, no entanto, que há famílias que não tem tais conhecimentos tão necessários, assim, a função maior da educação sexual é transferida para a escola, pois é o local onde o rigor científico prevalece e onde estão os sujeitos nomeados como competentes para exercer a educação sexual.

Ao falar da família, podemos perceber que José de Albuquerque lida o tempo todo com a família tida como “normal” no ideal burguês. Não parece existir, dentro do seu ideário, a família desviante. Assim, no tocante a inserção da educação sexual na escola, a família não é deixada de lado, mas é colocada como a primeira instituição que desenvolveria no indivíduo a moral e o bom costume.

José de Albuquerque inseriu a temática educação sexual dentro da escola em um momento em que se clamava por mudanças na forma de ensinar. Um momento em que a escola era vista como a panacéia para os problemas sociais existentes e que foram produzidos durante séculos de colonização. Um momento em que se via cada vez mais a necessidade do desenvolvimento da sociedade para atender aos novos padrões capitalistas. Assim, a educação sexual também tinha como foco central imprimir no educando padrões de comportamento que atendessem a essas necessidades sociais. Nesse sentido, no ideário de José de Albuquerque, tanto a escola quanto a educação sexual foram tiradas de todo um contexto histórico, pois não houve, em nenhum momento, a preocupação em se discutir fatores político e econômico que,

historicamente, edificaram o Brasil no formato em que se encontrava quando as obras foram publicadas.

Dentro do ideal disseminado por José de Albuquerque, que pretendia imprimir no indivíduo novos valores e novas regras de comportamento, podemos, então, perceber que, além dos tão discutidos ideais higienistas e eugenistas, estavam também presentes os ideais educacionais renovadores que viam na escola a “salvação” de uma sociedade degenerada. Para isso, havia uma preocupação muito grande com as questões que versavam o “fazer” dentro da escola, “fazer” que deveria seguir estritamente os preceitos científicos. Havia uma preocupação muito grande com o rigor metodológico, pois, só assim, a educação cumpriria o seu papel social. Eleger, sujeitos, objetos e objetivos era a garantia de eficácia do trabalho.

Também pudemos perceber na análise dos livros de José de Albuquerque, um traço progressista muito grande, pois, apesar de ter idéias que entravam em consonância com os ideários propagados no meio intelectual, apresentava outras idéias que destoavam. Um exemplo é a questão do tratamento e a finalidade que dá à prostituição. Ao mesmo tempo em que ele argumenta contra a prostituição por disseminar os males na sociedade, males que eram fortemente combatidos, dizia que a prostituição era um bem necessário para manter as necessidades da função sexual. Dizia que a prostituição é altamente imoral por espalhar doenças, mas que se torna moral a partir do momento que um indivíduo não tem outros recursos para manter a sua função sexual em plena harmonia. Assim, a traição masculina se torna moral também, pois se a mulher não estiver em “condições” para que seu marido mantenha suas funções “funcionando”, é extremamente admissível que esta função seja realizada de outra forma.

Também expressa um pensamento diferenciado quando diz que homens e mulheres não são inferiores, mas sim, diferentes biologicamente. É um pensamento que naturaliza as diferenças entre o homem e a mulher, mas que rompe com o consenso da inferioridade da mulher.

A finalidade da educação sexual, para Albuquerque, era esclarecer com um rigor científico a função sexual, para que serve e como deve ser usada. Oferecer uma educação sexual era esclarecer os indivíduos sobre assuntos cercados de fantasias e mistérios e que necessitavam de uma seriedade maior. E a função do sexo, neste ideário, era a preservação da espécie, para manter a sanidade física e mental do indivíduo, e a educação sexual deveria colaborar para isso e desenvolver os comportamentos necessários para atingir tal função.

Apesar de publicar vários livros com teor científico e de valorizar a temática da educação sexual dentro da escola, podemos perceber, também, que José de Albuquerque tinha uma grande preocupação em levar a educação sexual para o grande público. Todos os indivíduos de todas as camadas sociais deveriam ter contato com a educação sexual, pois todos tinham a função sexual da mesma forma que todas as outras funções do organismo. Para isso, utilizou a imprensa escrita com a publicação de folhetos, cartões postais e jornais com informações sexuais de acesso para o grande público objetivando o aprendizado, por parte dele, dos comportamentos necessários para exercer a função sexual. Visando alcançar um maior número de pessoas, utilizou o rádio, proferindo palestras e conferências, e também criou um museu e uma pinacoteca com imagens, figuras, quadros de conteúdo sexual.

Construindo idéias e iniciativas a partir do ideário médico e educacional vigente na época, traçando objetivos e caminhos claros para a educação sexual, elegendo os

sujeitos responsáveis por ela e os que deveriam ser atingidos e, ainda, mostrando idéias progressistas, José de Albuquerque sistematizou a educação sexual como possível de ser concretizada dentro de uma instituição social que não fosse a família.

José de Oliveira Pereira de Albuquerque foi, sem dúvida, um pioneiro da educação sexual no Brasil e este trabalho procurou mostrar a primeira iniciativa de se introduzir a educação sexual dentro da escola de uma forma sistematizada, com local, sujeitos e objetivos bem definidos.

Referências

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. **Introdução ao estudo da pathologia sexual**. Rio de Janeiro: Typ. Coelho, 1928.
- ALBUQUERQUE, J. de. **Higiene sexual** Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1929.
- ALBUQUERQUE, J. **Moral sexual**. Rio de Janeiro: Typ. Coelho, 1930.
- ALBUQUERQUE, J. de. **Da impotência sexual do homem**. Rio de Janeiro: 1933.
- ALBUQUERQUE, J. **Educação sexual**. Rio de Janeiro: Editora Calvino, 1934.
- ALBUQUERQUE, J. de. **Educação Sexual pelo rádio**. Rio de Janeiro: Circulo Brasileiro de Educação Sexual., 1935.
- ALBUQUERQUE, J. **O sexo em face do indivíduo, da família e da sociedade**. Rio de Janeiro: Círculo Brasileiro de Educação Sexual, 1936.
- ALBUQUERQUE, J. de. **Catecismo da Educação Sexual**: para uso de educandos e educadores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- ALBUQUERQUE, J. **O perigo venéreo na paz, na guerra e no pós-guerra**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1943.
- ALBUQUERQUE, J. de. **Quatro letras, cinco lustros**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Jornal do Comércio S.A, 1958.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Graal, 1977.
- BARROSO, C. e BRUSCHINI, C. **Educação sexual**: debate aberto. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BESSE, S. K. **Freedom and bondage**: the impact of capitalism in women in São Paulo, Brazil, 1917 – 1937. 1983. Tese (doutorado) – Yale University, New Haven.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2000.
- BOARINI, M. L. Higienismo, Eugenia e a naturalização do social. In: BOARINI, M. L. (Org.). **Higiene e raça como projeto**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003, p. 19-43.

CABRAL, J. T. **A sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papirus Editora, 1999.

CALDAS, M. A euphrenia: ciencia da boa cerebração. **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**. Rio de Janeiro, ano 5, 1932, p. 29.

CARRARA, S. Sexualidade e Sexologia no Rio de Janeiro de entre-guerras: notas preliminares de pesquisa. In: **Cadernos IPUB**. Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria UFRJ, nº 8, 1997, p. 113-128.

CARRARA, S. e RUSSO, J. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v. 9, n. 2, 2002, p. 273-290.

CARVALHO, M. M. C. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CUNHA, M. V. **O discurso educacional renovador (Brasil: 1930 – 1960): um estudo sobre as relações entre escola e família**. 1998, Tese (Livre-Docência em Psicologia da Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista..

DACOME, O. A. Higienismo e psicanálise. In: BOARINI, M. L. (Org.). **Higiene e raça como projeto: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003, p. 97-132.

FREYRE, G. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global, 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

GONDRA, J. G. **Artes de civilizar: Medicina, higiene e educação na corte imperial**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2004.

GONDRA, J. G. Conformando o discurso pedagógico: a contribuição da Medicina. In: FILHO, L. M. de F. (Org.) **Educação, Modernidade e Civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 35-71.

GUIMARÃES, I. **Educação sexual: mito ou realidade**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KEHL, R. **Lições de eugenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935.

KEHL, R. Eugenia e Patriotismo. In: **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, nº 5, 1929, p. 3.

LIMA, N.T.; HOCKMAN, G. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são...discurso médico sanitário e interpretação do país. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. V. 5, nº 2, 2000, p. 313-332.

LOBATO, M. **Mr. Lang e o Brasil e problema vital**. São Paulo: Brasiliense, 1951.

LOYOLA, M. A. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: Heilborn, M. L. (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 31 –39.

MAGALHÃES, F. Entrevista do professor Fernando Magalhães ao “O Globo” em 26/10/1932. In: **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**, Rio de Janeiro, ano 5, nº 2, 1932, p. 85.

MAI, L. de. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. . In: BOARINI, M. L. (Org.). **Higiene e raça como projeto: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, p. 45-70.

NALLI, N. A. G. Antropologia e segregação eugênica: uma leitura das lições de eugenia de Renato Kehl. . In: BOARINI, M. L. (Org.). **Higiene e raça como projeto: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003, p. 165-183.

NUNES, C. A. e SILVA, E. Sexualidade e educação: elementos teóricos e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil. In: LOMBARDI, J. C. (org.) **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados – HISTEDBR; Caçador: UnC, 1999, p. 162 – 177.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

PORTER, R. A literatura de aconselhamento sexual antes de 1800. In: Porter, R. e Teich, M. (orgs.) **Conhecimento sexual, ciência sexual: a história as atitudes em relação à sexualidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 163 – 185.

REIS, G. V. dos; RIBEIRO, P. R. M. A sexologia e a educação sexual no Brasil do início do século XX: notas preliminares de pesquisa. In: **Anais do XIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP**. Bauru: UNESP, 2001. (CDRom)

REIS, G. V. dos; RIBEIRO, P. R. M. Um estudo sobre a institucionalização do conhecimento sexual no Brasil por meio das obras publicadas nas primeiras décadas do século XX. In: **Anais do XIV Congresso de Iniciação Científica da UNESP**. Presidente Prudente: UNESP, 2002. (CDRom)

REIS, G. V. dos; RIBEIRO, P. R. M. A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. M. (org.) **Sexualidade e educação sexual**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004, p. 27-71.

REIS, G. V. dos; RIBEIRO, P. R. M. José de Albuquerque: pioneiro da educação sexual no Brasil. In: **Anais do I Simpósio Paraná São Paulo de Sexualidade e Educação Sexual**. Araraquara: UNESP, 2005, p. 23-24.

RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil. In: **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**. Ribeirão Preto: USP, 1993, p. 15-30.

RIBEIRO, P. R. M. **Saúde Mental no Brasil**. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

RIBEIRO, P. R. M. (org.) **Sexualidade e educação sexual**: apontamentos para uma reflexão. São Paulo, Araraquara: Cultura Acadêmica, Laboratório Editorial da FCL, 2002.

RIBEIRO, P. R. M. A criança brasileira nas primeiras décadas do século XX: a ação da higiene mental na psiquiatria, na psicologia e na educação. In: BOARINI, M. L. (org.) **Higiene e raça como projeto**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003, p. 71-96.

RIBEIRO, P. R. M. ; REIS, G. V. dos. José de Albuquerque e a educação sexual nas décadas de 1920 – 1950: um estudo bibliográfico. In: **Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED**. Poços de Caldas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003 (CDRom).

SEVCENKO, N. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. A. (Coord.) **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7-48.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIDAL, D. G. Educação sexual: produção de identidades de gênero na década de 30. In: SOUZA, C. P. (org.) **História da educação**: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, 1998.

WISSENBACH, C. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, F. A. (Coord.) **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 49-130.